

**ACTA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

10.^a

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes cinquenta elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Dionísio da Cruz Fernandes Gonçalves, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Elisiário Emílio Cancela, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Manuel José da Graça em substituição de Ilídio Miguel Martins Rito, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, António Joaquim Valença, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Eliana da Conceição Marcelo Meirinho Mendes, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira dos Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais Pedro Miguel Coutinho Monteiro, Carlos Alberto Azevedo, Altino dos Anjos Aleixo e José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo

Branco.-----
-----Não apresentaram justificação os Deputados Municipais Luís António Rodrigues Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhos, Carlos Manuel Lourenço Luís, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca e Carlos Alberto Telo Figueira. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa começou por cumprimentar especialmente a nova Presidente da Junta de Remondes, Dona Eliana Meirinhos que por motivos naturais substituiu o então Presidente da Junta. Cumprimentou também, e desejou um óptimo trabalho ao senhor Dionísio Gonçalves que substituiu temporariamente o Senhor Deputado Alfredo Ribeiro, e também o Senhor Manuel da Graça que hoje por motivos muito importantes e por uma boa causa substituiu o Presidente da junta de Bruçó. De seguida declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* -----

-----1. 2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

-----1. 3 *Assuntos de interesse relevante para o Município,* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

-----2. 2 *Análise e deliberação sobre o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.* -----

-----2. 3 *Análise e deliberação:* -----

-----2.3.1 *2ª Revisão ao Orçamento da Receita do Ano de 2007*-----

-----2.3.2 *2ª Revisão ao Orçamento da Despesa do Ano de 2007*-----

-----2.3.3 *2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2007.* -----

-----2.4 *Análise e deliberação da venda de terrenos para alinhamento nas traseiras das habitações, na rua de Santo António junto ao loteamento promovido pelo Município.* -----

-----2.5 *Análise e deliberação sobre a proposta de alteração do art. 20º do Regulamento Municipal do loteamento industrial de Mogadouro.* -----

-----2.6 *Análise e deliberação: Estatutos da associação Parques com Vida. Pedido de adesão.* -----

-----2.7 *Análise e deliberação sobre o pedido de adesão à associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano.* -----

-----2.8 *Outros Assuntos.* -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro

ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior*: -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou para deliberação e apreciação a Acta da nona Sessão Ordinária, realizada dia vinte e oito do mês de Junho do corrente ano, declarando, de seguida, abertas as inscrições para uso da palavra. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ só duas notas sobre a acta da última Assembleia. O Aníbal Moreno propôs, conforme vem aqui a folhas 548 que fosse feita a correcção de uma verba, não sei se foi feita nem se não, (O Senhor Presidente da Assembleia disse que recebeu a informação que essa correcção foi feita) depois ligeiramente mais abaixo, a um terço da folha vem até em letras sobressaídas, o Deputado Ilídio Martins usou da palavra mas não foi possível transcrever a sua intervenção por não ser audível, gostaria de saber a classificação deste não audível, o que é que isto significa Senhor Presidente? (*O Presidente da Assembleia respondeu que o registo magnético foi imperceptível e não deu lugar a...*), já percebi, eu falei audívelmente, falei com o senhor Deputado José Maria, o que deveria estar aqui escrito é que a intervenção do Senhor Deputado Ilídio Martins não foi gravada. Sobre actas, não sei se será o momento azado para o dizer, se o Senhor Presidente entender que não, faz favor tire-me a palavra que eu depois falarei, ainda não recebemos, eu pelo menos ainda não recebi, a acta da sessão extraordinária que foi prometido ser feita e enviada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ relativamente a essa questão (posso já antes de dar a palavra a outro membro) o Senhor Deputado terá que compreender que por circunstâncias muito especiais a secretária da Assembleia Municipal foi juíza das festas, teve o mês de Agosto todo ao serviço exclusivo da Nossa Senhora do Caminho, tem a acta a meio e não foi possível trazê-la aqui como era nossa intenção”. -----

► **MANUEL FOLGADO** usou da palavra e disse: “ eu na última Assembleia faltei porque não recebi correspondência nenhuma para estar esclarecido do dia que era a reunião”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** no uso da palavra disse: “ já teve ocasião de me dizer a mim pessoalmente essas razões, certo é que o Senhor não esteve aqui presente e como não estando presente tínhamos que fazer esse registo; sabendo que muitas vezes é complicado, principalmente nas aldeias, fazer chegar à pessoa certa a correspondência por, eventualmente não estar presente. Entretanto os funcionários adstritos e este trabalho normalmente entregam e fazem o registo, porque nós temos o registo devidamente assinado e sabemos a quem se entrega. Da parte do Senhor

Presidente da Junta de Bemposta preocupámo-nos com a sua situação e também já o informámos de que a correspondência lhe fora entregue na sua casa, na caixa correio e que normalmente o Senhor a essa casa vai poucas vezes e nessa altura não foi. Esta é a explicação que me deu a pessoa que foi entregar a documentação. De qualquer das formas foi vítima de uma ausência que não devia ser porque não recebeu a comunicação e tinha lá a convocatória e todos os documentos de suporte, tinha-a na sua casa, numa caixa do correio onde o Senhor normalmente vai poucas vezes. De qualquer das formas nós, no final da reunião, vamos falar com a pessoa que levou o correio e esclarecemos o assunto. A falta foi considerada como falta, foi participada à Assembleia de Freguesia como falta porque ele não esteve presente. Claro que é justificada, nós justificamos as faltas todas desde que nos sejam comunicadas, nem faria sentido que fosse de outra forma. Se estiver aí injustificada é porque no espaço dos cinco dias não tivemos qualquer tipo de conhecimento sobre a justificação dessa falta, só por isso. Nos termos do regimento quem vem às reuniões não tem falta, quem falta às reuniões tem cinco dias para as justificar, tendo cinco dias para as justificar nós justificamos a todas as pessoas, independentemente do motivo, apresenta-nos no espaço de cinco dias e nós justificamos a falta; quem não justifica a falta para além dos cinco dias tem a falta injustificada; a questão que é colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Bemposta tem duas interpretações: uma é acreditar na boa fé do Senhor Presidente da Junta, que acreditamos, não pomos em causa; a outra é acreditarmos na pessoa que a seu tempo entregou a correspondência necessária à reunião, também acreditamos, agora no final da reunião vamos falar com a pessoa que levou e se realmente virmos que há uma falta dos serviços nós damos o dito por não dito, justificamos-lhe a falta com despacho próprio, não sei onde está o problema”.

► **MANUEL TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ na sequência dessa boa fé que o senhor Presidente apela, eu pergunto se o Senhor Presidente da Junta de Bemposta fizer chegar uma mensagem a pedir a justificação da falta se ela lhe poderá ser justificada ainda agora.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** no uso da palavra disse: “ tenho que ouvir os membros da mesa e eu acho que essa questão nem se colocará. Se houver motivos óbvios, se vir que o senhor Presidente da Junta tem todas as razões para ter a falta justificada nós despacharemos adicionalmente, suportados naturalmente da lei e justificar-lhe-emos a falta. -----
-----Vamos passar à apreciação e deliberação da acta. Aprovada por maioria, com quatro (4) abstenções. -----

-----**1. 2 Informação da correspondência recebida e expedida:** -

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço e não tendo havido inscrições para o uso da palavra o Presidente da Assembleia disse: “ antes de entrarmos propriamente no ponto **1.3** queria

informar que tive conhecimento neste momento que faleceu a mãe do Senhor Presidente da Junta de Bemposta, Senhor Manuel Folgado; da minha parte só tive conhecimento agora, a minha profunda consternação e vamos propor à Assembleia um voto de pesar pela morte da mãe do senhor Presidente da Junta de Bemposta. -----

-----Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. A Assembleia Municipal comunicará por escrito a participação deste voto de pesar. -----

-----Vamos entrar então nos assuntos relevantes para o Município, ponto 1.3, ponto antes da ordem do dia”. -----

-----**1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município:** ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço, declarou abertas as inscrições para uso da palavra. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ só duas notas, sempre atidas ao que relatado vem nas actas porque é isso que me interessa, o que se passa aqui vem relatado nas actas e em função disso é que eu pauto as minhas intervenções.-----

-----O Deputado Paulo Carvalho (e daqui o felicito) teve na última Assembleia uma intervenção muito agradável sobre turismo, que foi comentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Com desgosto transmito à Câmara que no sábado passado, faz amanhã oito dias, salvo erro, assisti a um episódio um bocadinho insólito, uma excursão dirigiu-se à Igreja do Convento de São Francisco, estava fechada, dirigiu-se ao Posto de Turismo para pedir informação, o Posto de Turismo estava igualmente fechado, eram onze horas da manhã de sábado, espero que sejam tomadas providências nesse sentido, porque isso já foi prometido pelo Senhor Presidente da Câmara em sessão anterior, assisti a um comentário algo desagradável, afinal, diz o motorista: trazia para cá estas pessoas, que eu gosto desta terra, queria-lhes mostrar isto, não consegui, vamos embora, vamos almoçar a Miranda e lá veremos alguma coisa; fiquei desagradado, ainda tentei conversar com o motorista dizendo: é possível que ainda se arranje a chave, eu faço as diligências porque eu julgo saber quem tem a chave do convento, mas o homem disse: não agora já nos atrasámos muito, já não dá e saiu. -----

-----Outro assunto também relacionado com a intervenção do Senhor Presidente e de interesse para o Município. Espero que já tenha sido resolvida a questão da limpeza exactamente no Posto de Turismo. -----

-----Peço perdão de voltar à «vaca fria», já é a terceira vez que falo sobre isto. Esta Assembleia ainda não foi informada do teor do relatório do IGAT cujas conclusões já foram, segundo informação do Executivo recebidas por esta Câmara; apesar da boa vontade do Senhor Presidente do Executivo ainda não chegou, pelo menos à minha mão qualquer informação deste estilo, e essa informação devo fazer notar não é um gesto de boa vontade,

não é uma amabilidade, não é uma cortesia, é uma obrigação do Executivo para com esta Assembleia. Gostava de não arranjar mais provas do desprezo do Executivo para com esta Assembleia. -----
-----Houve também uma intervenção do Senhor Vereador António Pimentel que suscitou um à parte ali daquele lado quando eu disse: registei (falha técnica impeditiva de qualquer registo sonoro) com licença da mesa se isso me é permitido, explicar uma atitude que tomei na última Assembleia. Eu ignorava de que qualquer intervenção feita por um membro do público, não membro desta Assembleia, nem membro do Executivo, mas simplesmente público tinha que ser comunicada com antecedência à mesa e tinha que ser indicado também o teor do assunto a tratar, como ignorava desloquei-me para o lugar do público para tratar de um assunto pessoal e que me foi suscitado pela intervenção do Senhor Vereador António Pimentel, intervenção essa que vem registada a páginas 563 e 564 da última acta, julgando que podia intervir como público, ainda estou convencido que tenho legitimidade para o fazer, embora haja interpretações diversas e por isso aguardo do Senhor Presidente da mesa e da mesa uma indicação; não uma explicação porque eu não pedi explicação, pedi uma indicação e amavelmente o Senhor Presidente propôs-se dar-ma, quando a obtiver, eu estou convencido que um membro desta Assembleia pode, abdicando não, esquecendo do seu lugar de membro da Assembleia tomar o lugar do público e intervir como público. Isto porque se assim não fosse se traduziria em qualquer um de nós que tivesse um assunto particular, que tivesse menos direitos de o tratar do que qualquer outro cidadão, não se entende que por sermos membros da Assembleia tenhamos menos direitos. Devemos ter os mesmos direitos dos outros que são público e mais alguns acrescidos pela nossa função que aqui desempenhamos. Entendo que todos nós temos direito de tratar de assuntos pessoais mas para isso devemos remeter-nos ao lugar do público. O Senhor Presidente disse que não tinha ainda uma opinião formada sobre esse assunto, que se ia informar e que depois me daria a resposta. É isso que aguardo e que desde já agradeço. De qualquer dos casos aqui fica, eu tratarei do assunto pessoal que foi suscitado pela intervenção do Senhor Vereador Pimentel quando me for dada oportunidade para isso, mas em qualquer dos casos aqui deixo só uma nota para o Senhor Vereador Pimentel, os assuntos meus, são meus, e se conflituarem com os meus vizinhos são dos meus vizinhos, os assuntos de toda a área do concelho de Mogadouro que sejam tratados pela Câmara ou por qualquer um dos Senhores Vereadores são da responsabilidade dos Senhores Vereadores e estão sujeitos a escrutínio da nossa parte – Assembleia Municipal, nós temos obrigação de escrutinar, temos obrigação de verificar da conformidade com as boas práticas de qualquer atitude do Senhor Presidente, do Senhor Vice-presidente ou de qualquer Senhor Vereador por mais imune que julgue sentir-se ou que queira sentir-se; a

nossa função é exactamente estar aqui para fiscalizar os actos dos membros do Executivo e da Câmara no seu todo, por isso disso não desistirei, quando me for dada a palavra tratarei desse assunto”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “gostaria de uma forma muito breve, se me permitem, fazer referência a um assunto que tem estado ou que esteve até há bem pouco tempo na ordem do dia e que de certa forma ainda está. Estou a referir-me em concreto à abertura do novo ano escolar e começo por dizer com muita frontalidade que aprovo o facto da Câmara ter promovido formalmente o acto simbólico de proceder à abertura do ano lectivo para o próximo ano. Não alinho pela bitola dos partidos da oposição, em particular dos partidos da direita que faça procedimento semelhante por parte do Governo, acusaram o Governo de propaganda, eu não considero estas práticas propaganda. Lamento inclusive que seja a primeira vez que a Câmara Municipal de Mogadouro decide promover e patrocinar um acto deste tipo, de abertura formal do ano lectivo, justificar-se-ão com o facto de apenas agora os Municípios terem sido acometidos de novas responsabilidades em matéria de educação. Se usarem tal argumento estarão a legitimar a prática descentralizadora deste Governo tanto nestas, como em outras matérias, prática essa que de facto é de enaltecer e é de sublinhar, contudo eu não aceito essa justificação para só agora se fazer isto, eu sou da opinião que independentemente das atribuições e responsabilidades que a dado momento são acometidas aos Municípios, eu julgo que Municípios e a Câmara Municipal se devem envolver o mais possível na vida educativa, na vida cultural, na vida económica, em suma na vida social dos seus Municípios, por isso o meu voto de aprovação, faço inclusive votos para que este acto simbólico de abertura do ano lectivo constitua um marco na melhoria da qualidade de ensino do nosso concelho e assim contribua para a redução do valor escolar precoce e para limitar a saída de alunos para outras escolas de outras regiões do país, que também acontece. Mas Senhor Presidente, meus caros amigos, meus caros colegas a qualidade do ensino quer-se real, pelo que não bastam quadros interactivos, não bastam escolas virtuais, é evidente que a tecnologia é importante, as novas tecnologias são importantes, o elemento físico é importante, sem dúvida, mas a melhoria da qualidade, e neste caso da qualidade do ensino requer que o Município se envolva, requer que o Município confira importância acrescida e atenção permanente ao elemento humano e também ao elemento organizacional. Eu peço que a Câmara também esteja próxima destas questões no que diz respeito à formação dos professores, no que diz respeito ao acompanhamento das pessoas e também da própria gestão das escolas. Relacionado ainda com o tema educação e para não me alongar muito não gostaria deixar passar em claro uma notícia do Jornal Nordeste do passado dia 7 de Agosto e da responsabilidade do Senhor Jornalista Francisco Pinto,

que eu não sei se está presente, tal notícia tinha por título (e eu rasguei o jornal), edifício escolar tapa vivenda e o tapa entre aspas, eu não vou relatar aqui a notícia porque penso que este assunto é o conhecimento de toda a gente ou dos presentes na Assembleia, todos nós conhecemos o que se trata, sabemos do que se trata, conhecemos os motivos que originam tal notícia e portanto quero apenas pedir ao senhor Presidente da Câmara que faça o favor de confirmar ou não as palavras ou as afirmações que lhe são imputadas nessa notícia, e vou ler essas palavras e para enquadrar começo um bocadinho antes, diz assim: *«o projecto de requalificação da escola EB23S de Mogadouro foi discutido em conjunto com os técnicos da DREN e da Câmara Municipal numa reunião em que também foi debatido o projecto do novo módulo, explicou Vasco Freitas da DREN. A DREN garante ainda que os afastamentos entre o novo edifício escolar e a vivenda respeitam a lei não havendo por isso irregularidade ou irregularidades ao nível da construção, agora o mais importante, já a Câmara Municipal alega que não teve conhecimento do projecto por parte da DREN»*, o que está em causa, e agora são palavras do Senhor Presidente da Câmara, *«é um projecto de arquitectura do qual a Câmara não tem conhecimento, apesar da construção estar a ser efectuada em terrenos da autarquia mesmo sem haver autorização prévia para o efeito»*, garantiu o Presidente da Câmara Municipal Moraes Machado, é assim que termina a notícia; é sobre essas palavras que eu agradecia ao Senhor Presidente que as confirmasse ou não, depois conforme a resposta voltarei se for necessário. -----

-----Termino esta curta intervenção solicitando à Câmara Municipal três pedidos de informação ou três pedidos de esclarecimento, como entender. O primeiro – Senhor Presidente o que se passa com a água dos fontanários públicos do nosso concelho? Segundo – Senhor Presidente em nome da bancada do Partido Socialista agradecia um ponto da situação sobre o desenvolvimento do programa rede social do concelho de Mogadouro. Eu gostava de saber em que pé é que estão estas coisas. Eu tenho algum conhecimento sobre um programa do género no concelho de Macedo, conheço os trabalhos que foram feitos, conheço as suas conclusões, de Mogadouro desconheço completamente. Termino solicitando ainda ao Senhor Presidente da Câmara se digne informar esta Assembleia sobre a aplicação do programa PARES no concelho”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “ eu queria fazer aqui alguns reparos para bem do concelho, penso eu. O primeiro é que na feira de dezasseis de Agosto foi-me feita uma queixa por alguns feirantes e utilizadores da feira por falta de casas de banho, parece que não pode ser verdade, não é, porque casas de banho há, toda a gente sabe, só que apenas uma estava a servir, era uma bicha de gente a reclamar e eu fui ver, de facto não pude passar da porta porque aquilo estava uma miséria, se há umas quatro ou cinco casas de banho não sei porque só uma há-de estar a

funcionar. Isto fica mal para o Município e para os Munícipes, é favor verificar esta situação nas próximas vezes, nas feiras. -----
-----O segundo reparo que quero deixar é sobre as críticas feitas pela demolição do arranjo urbanístico do cemitério, respondia este Executivo que quase fora obrigado a demoli-lo pelo estado de degradação em que se encontrava, inclusivamente chegaram a dizer que aquilo era seringas, droga e não sei que mais, eu agora pergunto, como é que vão preservar o novo parque municipal de Mogadouro? Todos sabemos que já há casas de banho destruídas, concluindo será que daqui a cinco anos aquilo também é para deitar abaixo? Para ser demolido? -----
-----Terceiro é em relação à abertura do ano lectivo, que também já falou aqui o Deputado Tibério, e eu faço minhas se ele me permite as palavras dele, também lamento que não tenha acontecido já em anos anteriores e queria perguntar: é só empenho do Município? É que eu nunca vi este Município fazer nenhuma referência ao Ministério da Educação, é ele que faz, volta a fazer, paga refeições, paga quadros interactivos, põe disciplinas extra – curriculares, faz tudo sozinho, parece que o Ministério não comparticipa nada nisto, nem o Governo, então e assim sendo como explicam que receberam o ano passado só para as actividades de enriquecimento curricular setenta e cinco mil euros, quanto às refeições será só o Município que as paga? Não é. Eu gostaria de saber se fosse possível qual o preço médio de cada refeição o ano passado, em quanto ficou ao Município o preço médio da refeição por cada criança. Eu penso que tudo o que se relaciona com educação tem a comparticipação do Ministério da Educação, inclusive os transportes, aliás sabemos todos, toda a gente ouviu na rádio nessa altura que uma das promessas eleitorais, se bem se lembra o Senhor Presidente era a aquisição de uma frota de transportes exclusivamente para crianças; isto resumiu-se num protocolo com a empresa Santos e ainda por cima ofereceram-lhe como bónus uma garagem privativa. Como todos sabemos também os transportes são financiados pelo Ministério da Educação, transportando ao mesmo tempo adultos que nada têm a ver com escolas. Para informação e deve saber o Senhor Presidente que a Guarda, a GNR já fez parar autocarros e soubemos há dias que a responsabilidade não é da Santos, o não ter cintos e essas coisas todas que agora são exigidas, pelo menos era o que estava a dizer a Senhora que trabalha na agência Santos. Agora eu digo-lhe é feio querermos os louros só para nós, é melhor dividi-los um bocadinho. Esta Assembleia gostaria de saber também os resultados positivos para a educação que o Município obteve com a reunião na DREN no passado 14 de Setembro que vem aí agendada. Para terminar este ponto pergunto onde está a habilidade deste Município na construção do tão falado pólo que eu não sei se já foi para concurso, convencendo-nos que seria pioneiro nesta matéria e aliciando mesmo a bancada da oposição aqui em determinada

data a aprovar ilegalidades para sermos pioneiros na carta educativa, na construção do pólo e não sei que mais, quando se lê na comunicação social que o nosso Distrito no presente ano lectivo um, dois, três pólos escolares construídos de raiz vão ser inaugurados, alguns deles construídos de raiz e vão ser inaugurados, o nosso pólo também poderia estar a sê-lo se tivesse sido candidatado em tempo certo. -----

-----Quarto e último ponto e para finalizar quero falar no último concurso da selecção dos candidatos das actividades extra curriculares. Como foi feita a selecção? Por quem foi feita? Porque estão desde o dia 18 a exercer funções os seleccionados não respeitando os prazos estabelecidos por lei para as reclamações de direito? É natural que respondam que é para bem das crianças, para as crianças não estarem sem aulas, que é aceitável, mas nesse caso havia outra solução que era ter feito os concursos antes. E mais uma pergunta. Porque é que não foi seguido o procedimento ditado em lei pelo Ministério da Educação na selecção desses candidatos, ou seja para o Júri, para a formação do Júri? Agradeço a quem de direito e com responsabilidade nesta matéria que respondesse. Gostaríamos ainda de saber o que pretende fazer o Município com a residencial dos estudantes que penso que tem a posse dela há mais de uma ano. E ainda outra pergunta. Há conhecimento que a Judiciária esteve aqui, o Senhor Presidente já respondeu que não queria falar no assunto para não perturbar a investigação ou o apuramento dos factos, agora penso que já não deve estar no segredo dos deuses, se já poderia explicar a esta Assembleia o porquê dela aqui ter vindo”. -----

► **ANÍBAL MORENO** no uso da palavra disse: “ o que me trás hoje aqui neste ponto tem a ver com a informação que nos foi enviada pela mesa, mas sendo portanto informação dada pela Câmara Municipal sobre o loteamento de Santo António, da leitura da informação prestada pela Câmara Municipal tenho aqui sérias dúvidas da legalidade de todo o procedimento por parte da Câmara Municipal na venda portanto na hasta pública dos lotes desse loteamento e por isso portanto queria antes de questionar a Câmara também fazer um reparo que na informação prestada não se compreende muito bem, não sei se foi por erro, se são lapsos porque a ordem portanto cronológica dos factos aqui apresentados sofrem alterações, portanto entra-se num mês, depois passa-se para o mês seguinte e depois volta-se ao mês anterior, portanto, não sei se foi lapso, se foi ao bater a informação, chega-se à conclusão que os factos não estão descritos cronologicamente como deveria ser, mas para mim a parte mais importante era perguntar à Câmara Municipal qual é o número do alvará do loteamento, se ele existe, se na publicação da hasta pública da sessão para a arrematação dos lotes, se foi indicado nesse anúncio o número do alvará do loteamento e por outro lado pela informação que aqui está descrita, e eu só me quero referir a esta, em que diz aqui no dia 6/03 foi feita uma

informação ao processo na qual é referido que o projecto só será analisado após a recepção provisória das obras de urbanização, não se sabe é quem é que vai fazer essa recepção provisória, quem tem a responsabilidade de executar essas obras, dá informação que portanto a Câmara fez a arrematação dos lotes, recebeu as verbas desses lotes e portanto não se sabe muito bem quando os compradores desses lotes poderão proceder às construções nesses lotes porque a Câmara tem neste caso a tripla função, é dono da obra, é o loteador, é o licenciador e portanto entra-se aqui num ciclo vicioso em que a Câmara pode andar diversos anos sem licenciar portanto as obras, os pedidos que são feitos, tem todo o direito quem adjudicou e pagou e agora estão num caso que não lhe podem passar as licenças porque as obras de urbanização não estão concluídas, e essa responsabilidade é da Câmara Municipal que antes (e isto é a minha interpretação) de ter procedido ao leilão dos lotes, à arrematação deveria ter feito todas as infra-estruturas e só assim procederia portanto à venda dos lotes dentro desse loteamento. Poder-se-á chegar à conclusão que a Câmara quis primeiro arranjar meio financeiros, neste caso concreto pelos compradores, e é com o dinheiro pago pelos compradores que a Câmara agora procede portanto às obras de urbanização à custa do dinheiro que lhe foi adiantado pelo comprador dos lotes, isso é inadmissível, nem um loteador particular comete tal ilegalidade e por isso gostaria de ouvir da parte da Câmara Municipal o que é que pensa fazer para ultrapassar este caso que me parece que é de todo de uma ilegalidade tremenda”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “respondendo aqui às questões do Deputado Ilídio Simões Martins sobre o Posto de Turismo mais concretamente acontece que o Município não tem dinheiro, no momento actual, e tem projectos para o fazer de contratar alguém definitivamente para o Posto de Turismo, de maneira que todas essas moças que têm vindo a estar no Posto de Turismo acabam os contratos e às vezes não é possível recrutá-las até do Centro de Emprego, há faltas quanto a isso mas esperemos que a breve tempo sejam colmatadas. -----

-----O relatório do IGAT eu até estava convencido que só tinha que o apresentar à Câmara Municipal de Mogadouro, foi referenciado na Assembleia anterior que isso deveria ser feito também à Assembleia Municipal, não sei se foi referenciado, se não foi referenciado, saberemos se isso é obrigatório, se não é obrigatório, aliás de qualquer maneira, seja obrigatório ou não seja obrigatório eu vou-lhes transmitir esse relatório do IGAT, até porque não tenho lá nada para esconder. -----

-----Para o Senhor Deputado e amigo Tibério congratulo-me que tenha verificado que em Mogadouro a educação está um bocadinho diferente, que entendemos que trabalhar em colaboração é importante e essa colaboração tem que se dar entre o Município, entre as escolas e os dirigentes das escolas. Temos feito um esforço muito grande nesse sentido e creio que

está a dar fruto, se tivesse vindo a essa abertura do ano escolar tinha verificado que não estão em causa as competências que vão ser atribuídas à Câmara, nem nós falámos aqui nesta Assembleia por causa dessas competências que nos vão ser atribuídas, não, ainda não sabemos se nos vão ser atribuídas, como nos vão ser atribuídas, se vão ser convenientemente financiadas e isso tudo, não é a elas que eu prestava a homenagem e não foi por elas que nós tivemos uma abertura do ano escolar em conjunto, congratulo-me por ter sido, com a boa colaboração que houve no último ano, em que foi um ano cheio de dificuldades, com obras, com a mudança inclusivamente de doutrina, de política do actual Governo, que quis fazer as coisas desta, e desta, e desta maneira, tudo que é transição, como sabe está numa faculdade, é difícil porque estamos estabilizados e depois vamos mudar, é sempre difícil, o não foi difícil, foi difícil por falta de instalações, foi difícil em milhentas coisas e apesar de tudo chegamos ao fim do ano com a boa colaboração da Câmara, da DREN e das escolas, nós acabamos por ter um ano lectivo muito razoável, foi a esse que eu apresentei homenagem e foi por isso que resolvemos fazer exactamente a abertura do ano lectivo. Evitar o êxodo dos alunos, evidentemente, eu aqui passo também a responder à Deputada Antónia que pergunta para que é a casa dos estudantes, evidentemente que o êxodo dos alunos não se evita de qualquer maneira, tem que haver um projecto, um projecto que faça com que haja num determinado local condições para eles virem, porque se não houver condições para eles virem, eles não vêm, por outro lado é necessário aproveitar a centralidade de Mogadouro relativamente aos concelhos da margem esquerda do Sabor, Miranda do Douro, Vimioso, Mogadouro, Freixo e Moncorvo, aproveitar esta centralidade para termos um Pólo Escolar que dê condições de toda a natureza, condições de uma boa escola, condições de um bom suporte desportivo, etc., etc., para o pôr à disposição da escola, e condições inclusivamente de alojamento para que muitos estudantes que possam hipoteticamente vir aqui terem alojamento, nós essa casa ficamos com ela exclusivamente, nós não a queríamos para nada, só foi exclusivamente para proporcionar a alguém se um dia quisesse vir para aqui em regime de semi – internamento, isto tem servido para outras coisas que não é só isso, imensos eventos, fornecemos alojamento até para dar um pouco de movimento aquilo; do ponto de vista escolar a intenção foi tão-somente esta. Ora bem, assim será que com um bom Pólo, com estas condições todas criadas pode ser que se evite não só o êxodo dos alunos, mas sim também uma chamada de alunos de outra escola, aliás quanto à centralidade nós não podemos estar de maneira nenhuma descansados, hoje a centralidade faz-se relativamente àquilo que nós quisermos, Mogadouro fica central relativamente a Vimioso, Miranda, mas Moncorvo pode dizer assim: não eu estou central em relação a Freixo, a Figueira de Castelo Rodrigo, a Vila Nova de Foz Côa, a Carrazeda de

Ansiões; Vimioso pode dizer assim: eu estou central relativamente a.... Depois evidentemente que não basta ter quadros interactivos, não basta ter programas virtuais, mas o Município fez nessa parte aquilo que podia fazer, dotar os respectivos estabelecimentos e as escolas, todas as escolas com quadros interactivos, esperemos agora que eles sirvam de facto para a mesma coisa, que baste isto e oxalá conforme determinação da DREN que se venha aqui a fazer no fim do ano uma avaliação, como a senhora disse que era intenção fazer para os justificar a nível nacional. Quanto à vivenda da Senhora Dona Mariana eu devo dizer-lhe que a Câmara de facto não teve conhecimento de projecto nenhum, nem sequer teve conhecimento das obras profundas que lá se fizeram; aquilo que foi dito pela DREN é que precisava de fazer obras na escola e a gente esperou pelos projectos, verificamos depois que não tinham que apresentar projectos, não tinham que apresentar absolutamente nada; do ponto de vista urbanístico a DREN garante que está tudo certo, do ponto de vista da relação da casa com a senhora a DREN garante que está tudo certo, a Senhora já reconheceu que não há por onde se lhe pegue porque está tudo certo em distâncias, em PDM e essas coisas todas; a DREN no sentido de querer sacudir um pouco a água do capote (passo o termo) mandou para aqui um ofício a dizer «novamente lhe enviamos conhecimento sobre as obras», bem esse novamente está despropositado porque foi a primeira vez que o mandou e não a segunda vez, nunca o tinha mandado para trás, isso tive ocasião de lhe dizer nesta última reunião, que também faz menção, à Senhora Doutora, que disse que tinham mandado eu disse-lhe que uma vez estarmos na sede dela para ir procurar o ofício, tem que reconhecer que não foi novamente, foi agora que enviou essas informações, mas perguntei ao Vereador e às responsáveis por as obras se tinham que dar satisfações, ou não ao Município e disseram que não; nós também não vamos criar um problema quadrante por causa disso, temos muitos interesses comuns, temos muitas razões para estar de bem com a DREN por nos facultar tudo aquilo que nós queremos. -----
-----Quanto aos fontanários públicos, e voltando ao Deputado Tibério os fontanários a que se refere são todos de captações de água, essas captações de água têm que ser sujeitas também a análises como todos os outros e quando as análises não estão certas e podem prejudicar a saúde pública, bom então nesse caso temos que lá por um letreirinho «**água imprópria para consumo**». É necessário que elas sejam analisadas, isso é que é necessário. -----
----- Rede social é respondido por o Doutor João Henriques, mas eu julgo que a rede social já está aprovada e aprovada até por unanimidade. -----
-----Agora passemos então à Deputada Antónia – feira falta de casa de banho, eu creio que lá não há falta de casas de banho e o que é mais grave é que se calhar elas não estão em funcionamento, isso é que traduz um pouco

de desleixo, eu julgo que aquilo foi um projecto, foi calculado as casas de banho, em princípio devem ser bastantes, se são cinco e só uma é que está em funcionamento, isso não podemos atribuí-lo ao projecto senão atribuí-lo já, mas não, é da responsabilidade da Câmara uma coisa dessas e isso vai ser colmatado e vai-se perguntar o que se passa e por tudo a funcionar. -----
-----O parque de Mogadouro, como tudo em Mogadouro está sujeito a vandalismos, está sujeito à acção da marginalidade, está sujeito à acção muitas vezes imprudente e inconsciente da juventude, também temos que considerar isso, às vezes são crianças e outras vezes menos crianças, ou adolescente, outras vezes adultos, estas coisas têm que ter as suas diferenças. Partiram os vidros das camionetas, eram crianças, foram pagar, pagaram, colmatou-se, estas coisas vão para tribunal ou não conforme o Juiz passa a pasta ao Presidente da Câmara ou não passa, quando entende que não deve passar não passa porque se passasse quando eu entendesse que eram crianças punha-os a fazer serviço cívico e retirava-os dos tribunais; se não passa a pasta é com eles e eu não tenho nada a ver com isso. Especificamente quanto ao parque o que aconteceu é que há cerca de três meses um miúdo na altura ainda com doze anos, ele diz que caiu, a família diz que caiu, não sei se caiu se apedrejou a abóbada que dá transparência para as sanitas dos adultos (das senhoras, dos homens e dos deficientes) e uma partiu-se, nessa altura o funcionário não escreveu, não comunicou à Câmara, comunicou ao responsável, o responsável atendeu os pais, aquilo ainda não estava entregue à Câmara Municipal e pagaram os estragos feitos e acabou aí a história; só que dois meses depois apareceu tudo partido e como aquilo tem um tecto exterior em freixo, que é agora a modernidade, aquilo tem umas paredes, eles saltam, saltaram agora e partiram todas aquelas estruturas, ficaram orifícios e depois à pedrada foi tudo. Nessa altura é que chega ao meu conhecimento essa situação e evidentemente vou à Guarda e digo isto passa-se assim, até lhes fotografei tudo de encontro ao quartel da guarda porque aquilo também é a 50 metros da Guarda, é durante o dia; o funcionário disse-me que quando chama a atenção a dizer que não podem estar aí os insultos são desde filho da mãe e o homem lá os atura; quem foi, não sei quem foi, quando se chega aqui à Câmara e se diz foi fulano, então se foi fulano é um nome ele que indique os outros, é isso que está em causa e o miúdo e a família vão ser ouvidos agora, eu penso que o miúdo não tem nada a ver com isso, fê-lo há dois ou três meses e o pai castigou-o, pagou os estragos, agora o problema é doutros, vamos ver se sabemos quem são para pretender pôr termo a essa situação. A Câmara paga tudo, é evidente que a Câmara não pode pagar tudo, a Câmara quando fala só fala no que paga, não fala no que pagam os outros, no que pagam os outros falam os outros quando quiserem, nós só falamos do que pagamos, o que pagamos quando quiser saber não sei se isso dá pouco trabalho, se dá muito trabalho, mas nós fornecemos esse

dados. -----

-----O preço médio por refeição responderá o Doutor João Henriques que eu não sei bem o preço médio por refeição. -----

-----A frota de transportes de crianças, nós não prometemos uma frota de camionetas para crianças, nós prometemos fazer a avaliação dos custos de uma frota e se entendêssemos que isso era viável, então fazê-lo, só que entretanto as condições também se alteraram, passaram para a Câmara competências e a competência escolar é uma delas e na competência escolar está também os transportes; nós estamos cumpridores das nossas promessas eleitorais, aliás essas promessas eleitorais não têm que ser feitas no primeiro dia do mandato, têm que ser feitas no último dia do mandato, até lá deixe correr. -----

-----Responsabilidade das carreiras do Santos, ai não é, primeiro as informações que se devem obter acerca da responsabilidade de diversas empresas que prestam serviços à Câmara devem ser prestadas pelas entidades competentes e não por a Senhora que está lá no guichet e que representa uma empresa principalmente do Santos, ou por outra pessoa qualquer; quando quiser saber de quem são essas responsabilidades, elas estão escritas, de quem são as responsabilidades dos cintos e outras, até quando foram essas responsabilidades e se há novas elas estudar-se-ão. -----

-----O que é que fomos fazer à DREN? À DREN fomos fazer: primeiro marcámos esta reunião para a DREN quando apareceu a Senhora Dona Mariana para ver esse problema, o problema dela ali apareceu numa reunião de Câmara; nessa altura devo dizer que até fiquei um bocado preocupado porque não sabia se a DREN era obrigada ou não a apresentar um projecto. Nessa altura pedi imediatamente uma reunião para a DREN, só que ela não demorou dois dias, nem três, foi marcada quatro ou cinco vezes e depois adiada sucessivamente até que quando chegámos à DREN aquele assunto já estava largamente ultrapassado, mas tínhamos que falar, tínhamos que falar sobre a nova escola, sobre um projecto que tínhamos aqui, que faz parte da carta educativa, que é o projecto da construção da escola pré primária e do 1º ciclo e cujo projecto foi proposto a concurso para a adjudicação, o projecto está a concurso para a realização da obra; a Senhora disse-nos nessa altura quando eu lhe disse que meti agora o projecto para concurso, fez muito bem, mas eu perguntei como é que é de dinheiros, ela disse que dinheiros apresentavam o projecto ao DREN e que garantia que a comparticipação pelo menos de 75% iríamos ter. Vamos ter se isso se realiza conforme a gente quer, se não realizar lá teremos que arranjar dinheiro para pagar sem comparticipação nenhuma. Depois outros assuntos que foram tratados foram precisamente esses dos quadros interactivos, das escolas virtuais em que a Senhora se propôs também colaborar, oxalá que isso tenha muito êxito porque nós também vamos fazer a mesma coisa, nós DREN, e andou por aqui tudo aquilo que nós lá

falamos mais ou menos. Eu queria ainda a respeito do concurso, eu não sei se a Deputada Antónia veio aqui na sessão de abertura, estavam ali em cima da mesa dois dossiers, como vê isso de apresentarmos o projecto no ano tal, o problema é que isso foi começado a tratar no ano de 2004, está lá a história toda, as reuniões da Câmara, a Carta Educativa, tudo está lá, desde Abril de 2004. Agora aprová-los ou não aprová-los a DREN andou ali... fazemos, não fazemos, está tudo escrito nesse dossier. -----
-----Quanto aos concursos de selecção o Doutor João Henriques vai responder, quanto à residência considero que está respondido também. -----
-----Depois pôs o problema da Judiciária; a Judiciária veio aí porque está a receber muitas denúncias anónimas, são cartas anónimas que mandam para lá, umas saem para a rua e são distribuídas aí, como a última agora há cerca de quinze dias em que felizmente a mim no pouco que me toca que vim para aqui para não estar cá muito tempo, exactamente é uma verdade, que nasci rico, bom eu aqui, eu aqui digo se calhar fui capaz de nascer só que depois quando chegou a altura de herdar se eu fosse viver quinze dias que fosse com aquilo que herdei, só vendendo tudo porque, de resto, não ia lá nada, não herdei rico, eu queria era ter herdado rico. Cartas anónimas chegam à Judiciária e não sei se não continuarão a chegar. A Judiciária veio aí perguntar-me se eu tinha família na Caixa Agrícola, não tenho família na Caixa Agrícola, não sei a que propósito até porque na altura nunca tinha tido negócios com a Caixa Agrícola. Outra pergunta que me fizeram era se eu era amigo do Vereador Pimentel. Sou muito amigo do Vereador Pimentel, de estranhar seria o contrário, há seis anos ou sete que estamos aqui a conviver se não fosse amigo no segundo mandato, mesmo não sendo amigo provavelmente tinha-o convidado novamente dado a sua capacidade de realizar, a sua capacidade de actuar nas coisas e nos projectos que surgiram. Passou-se qualquer coisa com as expropriações na recta de Vale da Madre? Não, mas se passou não sei nada disso, mas se quiser chama-se tudo para o esclarecer. E creio que mais nada. Fiquei assim, é obrigação da Policia Judiciária tratar destes assuntos, há denúncias, lamento é que se calhar não trate de assuntos concretos, com indícios, andarem a perder tempo com isso e deixarem outros, aí já não concordo, mas a gente tem que responder senão ainda vamos de arguidos e se a nova lei pega ainda me põe na rua só por ser arguido. -----
-----Quanto ao Moreno o João Henriques responde-lhe também que eu não estou a 100% dentro desse problema”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “ tentando ser muito rápido e respondendo só aqui às coisas que o senhor Presidente solicitou, esclarecimentos, rede social – a rede social ainda não está completamente aprovada, o que o Senhor Presidente quis dizer é que as comissões sociais inter-freguesias foram aprovadas por unanimidade e essas sim estão terminadas. Queremos que a rede social até a o final do presente ano fique

terminada porque sem ela não há candidaturas ao DREN no que diz respeito à parte social, portanto até ao final do ano é esta a visão das coisas de ficar terminada a rede social; havia o diagnóstico, havia tudo, agora este é um trabalho que tem que ser feito e ele tem que ser feito porque enquanto antigamente estas comissões de freguesia podiam ser mesmo por freguesia, agora têm que ter pelo menos quinhentos habitantes, o que quer dizer que há necessidade de juntar algumas freguesias, fazer estas comissões sociais inter-freguesia para elas poderem avançar com a rede social. Em relação ao programa PARES há uma candidatura em Mogadouro para o programa PARES, apareceram inicialmente duas candidaturas, ou a intenção de duas candidaturas, em que uma acabou por não chegar até ao fim, e a única que chegou até ao fim é uma da creche da Santa Casa da Misericórdia. Quer dizer também que os parceiros sociais que têm que dar opinião sobre a constituição ou não deste equipamento deu-lhe a cotação máxima para que possa estar bem cotada em termos do programa PARES para poder ser financiado pelo Ministério do Emprego e da Segurança Social, no entanto, é da responsabilidade governamental este apoio. Fizemos o que podíamos fazer que era cotar com a nota máxima este investimento da Santa Casa da Misericórdia. Não houve outra candidatura a este programa PARES, senão também, deixe que lhe diga, era outro problema que tínhamos que resolver e às vezes põem-nos problemas que são de difícil resolução, é que a Segurança Social só aceitava que cada rede social, de cada concelho só aprovasse um projecto, o que quer dizer que se aparecessem dois ou três, a rede social só podia aprovar um projecto e este era um problema acrescido. Felizmente só houve uma candidatura e esse problema a nós não se nos colocou porque senão como imaginam vêem a angústia que se tem que ter para ser só um projecto do concelho a ir para a frente. Em relação à Deputada Antónia Cardoso dizer que as refeições, a DREN comparticipa com 22 Cêntimos pelas refeições, elas têm preços distintos, conforme são da cantina aqui da escola que é 1.64 euros, se for em Bemposta é 1.90 euros, em Castro Vicente é 1.70 euros, portanto são diversos os preços em termos das refeições, o preço médio rondará 1.75 euros, depende das quantidades, mas rondará de queixo esse valor. -----

-----Em relação aos transportes escolares deve ter uma informação que eu não tenho, porque eu tenho a informação que todas as carreiras têm cintos, a senhora Deputada veio aqui dizer que não têm, eu tenho a informação de que todas as carreiras que estão a fazer transporte dos alunos têm cintos, portanto agradeço que me formalize as coisas, porque não é essa a informação que tenho e nem foi nessas condições que a Santos concorreu. A Santos concorre na base de um caderno de encargos que tem nesse caderno de encargos a Lei que obriga a ter cintos, portanto se não tem é ele que está a incumprir numa irregularidade em relação ao caderno de encargos, mas a informação que eu tenho é que todas as carreiras que estão

a fazer o transporte dos alunos têm cintos de segurança, o que quer dizer que estão conforme a Lei e que tudo está nesse sentido, é a informação que eu tenho. -----

-----Procedimentos do Júri do concurso para as áreas de enriquecimento curricular, os professores, há aqui só uma pequenina nuance é que aquilo a que a senhora Deputada faz referência só tem a ver com as áreas de enriquecimento curricular e os professores que estão a dar Educação Física e Música para o Município fazem isso e mais, ou seja o concurso que foi feito foi para quatro professores de Educação Física para além das áreas de enriquecimento curricular dar as aulas aos garotos dos Jardins de Infância, apoiar os Jovens no Desporto depois das aulas, no Gira – Vólei, no Futebol, na Escolinha de Futebol, na Hidroginástica, apoiar os idosos com Hidroginástica nos Lares e nos Centros de Dia. É um concurso completamente diferente, a única coisa que o Ministério da Educação exigia era que estes Professores tivessem formação específica nas áreas, e têm, já agora deixe-me dizer-lhe o orgulho que o Município tem ao ouvir dizer que no que diz respeito à área de enriquecimento curricular fomos o exemplo o ano anterior em relação a quase a maioria do país, dito pelos responsáveis do Ministério da Educação. Portanto acho que todos nós devemos ficar orgulhosos quando isto nos dizem, não é o A ou o B, é o concelho, são os pais, são os alunos, são os professores que todos devemos ficar orgulhosos quando isto assim sucede, o que quer dizer que não há nenhuma irregularidade no concurso antes pelo contrário, agora o que há é uma boa vontade já das pessoas, de alguns deles estarem a trabalhar e ainda não têm o contrato formalizado, isso é verdade, porque os tempos que as coisas levam até conseguirmos fazer o contrato são incompreensíveis, são dez dias úteis para fazer uma lista ordenada que as pessoas efectivamente podem reclamar, e têm todo o direito disso, depois a homologação da lista e daí transforma-se em lista final e há mais dez dias úteis, estamos a falar em dias úteis, corresponde praticamente a três semanas, mais dez dias úteis, ou duas semanas para que as pessoas possam voltar a reclamar no final, e estes prazos ainda não terminaram, as pessoas que neste momento estão a dar as aulas, estão efectivamente a dar as aulas por sua boa vontade também, mas acreditamos que dentro de três ou quatro dias o assunto pode ser resolvido e estará resolvido. -----

-----Loteamento de Santo António, o número do alvará de loteamento 3/05, pode tomar nota, quem faz a recepção provisória é o Município, pensamos fazê-la durante a próxima semana, a recepção provisória daquele loteamento, quem faz as obras, o Município; efectivamente, por isso o Município tem a garantia de, ao recebê-lo provisoriamente, de que vai terminar algumas coisas que ainda ficam a faltar e que em termos reais é preferível fazê-las depois das obras, efectivamente de construção dos prédios que vão ser ali feitos estarem concluídos, porque não têm que

depois ser destruídas ou voltar a ser feitas, em boa verdade até é positivo, mas da mesma forma eu não ouvi o Senhor Deputado Municipal aqui dizer uma única palavra sobre quem faz uma obra sem ter licença, quem quer começar uma obra sem ter licença, sem estar licenciado para tal, apresentando um processo e começar a trabalhar no dia seguinte, não o ouvi dizer aqui em boa verdade nada de alguém que vai roubar a electricidade pública para começar a fazer a obra, não o ouvi dizer aqui em boa verdade nada de alguém que vai fazer clandestinamente uma ligação à água do Município para essa obra, e eu gostava, era bonito também que disse-se assim – o Munícipe teve um comportamento irregular, inqualificável, pode haver aqui algumas coisas que não concorde com a Câmara, estamos todos de acordo, agora gostava de o ter ouvido dizer porque efectivamente isso era responsável, enquanto responsável que é de Deputado Municipal, aí gostaria de ter ouvido essa palavra e até de incitamento à Câmara para cumprir com a legalidade das coisas, faltou essa só, foi pouco”.

► **MANUEL TIBÉRIO** novamente no uso da palavra disse: “eu não sei se é possível ser muito rápido mas vou tentar ser rápido, Senhor Presidente a sua boa bonomia, por vezes desarma-nos mas nós temos que não nos deixar desarmar com essa bonomia. Em relação à abertura do novo ano escolar eu tenho pena de não ter estado presente, até pelo honroso convite que recebi para presidir a essa cerimónia, um lapso de facto lamentável que não abona muito em favor da imagem dos serviços de comunicação e relações públicas da Câmara Municipal de que o Senhor Presidente é o máximo responsável, aliás sobre isso até gostaria de dizer outras coisas mas não vou dizer porque se de facto louvei a atitude de promover a abertura formal do ano lectivo dizendo que é uma boa atitude, por outro lado a propaganda está na carta convite endereçada ao governo, aos membros do governo e a nós próprios Deputados Municipais, basta ler, eu quando recebi a missiva disse «isto é pura propaganda», pior, se isso for transferido para a Comunicação Social, mas na carta convite aquilo roça um pouco um provincianismo, mas fico por aí porque não vale a pena dizer mais coisas. -
-----Em relação à vivenda da Dona Mariana fico satisfeito porque o Senhor Presidente confirma as palavras mas fico preocupado, porque afinal, quer dizer estão a fazer escavações, uma obra num terreno que é meu e eu não tenho conhecimento, e como o Senhor Presidente disse e muito bem, até as vê daqui, não se tem conhecimento de uma coisa que está à vista de todos, pelo menos quando lá chegou a primeira retro-escavadora expulsava-a de lá e dizia «o terreno é meu». A pergunta que eu coloco é esta, ou o que digo é isto «não se pode querer estar com Deus e com o Diabo, não se pode querer agradar a Gregos e a Troianos», pergunta concreta: a Câmara está com a construção do módulo que está à vista ou não, ou a Câmara está com as reivindicações da proprietária? É que são

todas legítimas e não podemos querer agradar a Gregos e a Troianos, ou melhor não queremos fazer passar a imagem de que agradamos às crianças e aos seus pais, por um lado e depois queremos agradar à Senhora que faz a reivindicação que faz, são essas questões que estão ali em causa nessa notícia, nada mais que isso. -----

-----Fontanários, Senhor Presidente, eu estou, não farto de ouvir, porque «água mole em pedra dura tanto bate até que fura», fazer referência à nossa beleza natural do concelho, às nossas paisagens naturais, aos nossos recursos próprios para um turismo da natureza, e o primeiro cartão de visita é que chegamos às aldeias e vemos lá água imprópria para consumo, então mas que beleza nós temos, que beleza natural nós temos, que paisagem nós temos, que turismo nós queremos se o precioso líquido que oferecemos é impróprio. Mas eu não quero saber se o líquido é impróprio, eu quero é saber quais são as razões pelas quais o líquido precioso que é a água é imprópria, quem são os prevaricadores, como é que isso se combate? É isso que eu quero saber, a placa, colocar lá a placa é a coisa mais simples, por sinais azuis, não tenho nada contra a cor azul, mas inestéticas, feias, que em nada abonam da nossa beleza natural. Fomos obrigados a colocar as placas, mas a água é imprópria, ou não é imprópria, pode beber-se ou não se pode beber, que mal me acontece se eu beber a água, morro ou não morro, qual é o problema, o que é que está em causa? Mas eu quero é a solução, eu quero que me digam quem prevarica, quem não prevarica e como é que eu resolvo isso. -----

-----Rede Social, muito rapidamente, diz o Senhor Vice – presidente que até ao final do presente ano o trabalho tem que ser feito por exigência superior do QREN porque se não fizermos o trabalho não recebemos; pois bem, eu achava que o trabalho deveria ser feito por necessidade do concelho, não por exigência superior, afinal a rede social é necessária para nós, enquanto Municípios ou temos que fazer as coisas à pressa até ao final do ano para podermos candidatar verbas ao QREN? Não acha que já perdemos tempo demasiado? Compare o trabalho feito neste concelho com o trabalho feito em Macedo de Cavaleiros, e a rede social de ter, penso eu, a mesma vigência. Rede social e PARES, parece que para nós todos seria um assunto de extrema importância para discutirmos aqui, é que são estes assuntos de facto que são de facto relevantes para o Município, por favor meu caro colega de bancada interceda junto de sua Exa. o Presidente da Assembleia para que estes assuntos sejam agendados em futuras Assembleias e que possam ser discutidos, com informação relevante fornecida pela Câmara para que nós possamos ler e discutir aquilo que é de facto interesse e não coisas pequenas que por vezes aqui discutimos”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra e disse: “ isto de facto sobre a informação prestada nesta tribuna pelo Senhor Vereador sobre a legalidade dos actos praticados por determinado requerente, portanto, com

certeza que condeno mas tenho que lhe dizer Senhor Vereador, a Câmara neste caso concreto não tem moral para falar em legalidade porque foi a própria Câmara que não cumpriu essa legalidade, porque passados que estão mais de um ano sobre a adjudicação dos lotes ainda neste momento os proprietários desses lotes não podem construir, portanto o Senhor sabe muito bem que a Câmara não poderia ter adjudicado os lotes, não podia ter vendido os lotes quando não podiam construir de imediato desde que apresentassem os respectivos projectos e portanto falar, neste momento, de legalidade a Câmara não tem moral para o fazer. Por outro lado quis a Câmara de facto conseguir um financiamento sem juros e não se sabe qual é o prazo de carência para esse financiamento sem juros que foi praticado pelos adquirentes dos lotes, por isso falar neste caso concreto sobre legalidade deverá ser a Câmara a última a falar nisso porque não tem moral, porque não cumpriu essa legalidade no respectivo loteamento e por isso vir aqui dizer que eu não reconheci, não reconheci porque a Câmara, de facto, não tem moral para falar sobre legalidade neste loteamento porque não o praticou e praticou de facto a ilegalidade, de qualquer forma eu reconheço perfeitamente para todos os Municípios, todos eles estão sujeitos à legalidade das leis, quer Camarárias, quer Nacionais”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** voltou a intervir e disse: “ é só para dizer que não souberam fazer as contas ao tempo, porque quando se abre um concurso devem-se ter essas coisas em conta, o tempo que leva, o tempo da publicação, reclamação e isso tudo, e então agora eu pergunto: se os concursos forem impugnados e vamos imaginar que até nem ficariam os mesmos, até porque eu ouvi ao quinto da lista, do projecto de lista final, digamos assim, porque era um projecto, que se sentia muito usado porque tinha um bom curriculum e uma experiência profissional óptima, já trabalhou em vários Municípios e tem muito tempo de serviço, que iria reclamar, não sei se o fez, mas foi dito, então agora os colegas que estão a trabalhar não são pagos, não têm contrato, então ir-lhes-á acontecer como aconteceu ao colega que fez as férias desportivas em Julho e Agosto das quais não recebeu qualquer remuneração. Outra coisa é que no Júri, e foi essa a pergunta que eu fiz, no Júri para a selecção, e está aqui escrito, isto vem do Ministério da Educação, que deve sempre que possível fazer-se representar um elemento do Conselho Executivo da Escola, que não lhe foi dito, nem foi dada satisfação nenhuma, era só isso que eu queria frisar, possivelmente não lhes convinha”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ora bem, para presidir ao acto da escola não foi convidado o Doutor Tibério, foram convidados para aí trinta, não foi só o Doutor Tibério que ficou preocupado com isso, preocupado entre aspas, de modo a dizer, isto é verdade? Bom eu sou responsável por tudo, mas não tenho propriamente um gabinete dessas coisas todas, mas há uma coisa que eu lhe quero dizer, hoje está totalmente

ultrapassado nós fecharmo-nos numa concha. Quando disserem que nós chegamos a qualquer sítio e dizemos «Mogadouro é o melhor na apresentação dos quadros interactivos», eu quero que se saiba, não é por propaganda que eu quero que se conheça Mogadouro, também convidámos sim Senhor a Senhora Ministra da Educação; a Senhora Ministra da Educação foi convidada para presidir, a Senhora Directora da DREN foi convidada, e daí o erro, depois ficou lá no computador que era para presidir, foi para presidir, mas nós queremos que se saiba isso tudo, queremos que se saiba tudo que Mogadouro tem, independentemente de quem o fez, queremos que lá fora saibam duma coisa, existe Mogadouro, porque sem saber que existe Mogadouro ninguém lhe passa pela cabeça visitar Mogadouro; é a primeira condição para visitarem Mogadouro, é saber que Mogadouro existe, porque senão pode acontecer que por ali passem por acaso de passagem e digam «ó está aqui Mogadouro», a gente quer que se saiba e é por isso que se estão a fazer algumas coisas, vamos divulgar com vídeos, vamos divulgar com boletins, vamos divulgar nos jornais, vamos divulgar com todas as nossas forças e através do QREN tudo aquilo que Mogadouro tem em infra-estruturas e em funcionalidade, e não o fazemos por propaganda, fazemos porque o concelho de Mogadouro o exige no sentido de se dar a conhecer; ainda agora fomos ao Rossio em Lisboa com os nossos produtos da terra, com a nossa bancada, ali foi um êxito, vou lá no Domingo encerrar essa situação, se alguém quiser vir tenho dois lugares no carro da Câmara. -----
-----Provincianismo, provinciano, que é que eu hei-de ser senão um provinciano, nasci ali na rua de Santa Marinha em Mogadouro, somos da província, fui sempre um médico assim, assim, também não me distingui nada com isso, nos trabalhos mais de cinquenta que fiz em medicina não vem lá sequer donde sou, de maneira que não foi para apagar o meu provincianismo, mas pertenci sempre à província de Vila Real, e eu sei que agora está muito emancipada, começa lá a haver mais urbanismo. -----
----- A Câmara está com a Mariana ou com a DREN; a Câmara está sempre com os seus Municípios e foi por isso que estudámos o problema da Dona Mariana, mas nós não podemos sobrepormo-nos aos direitos da Dona Mariana. Ela sabe e ficou a saber que podia inclusivamente tentar impugnar aquela obra, não o fez porque a DREN actuou com toda a legalidade, eu estou sempre com Mogadouro, estou sempre com a Dona Mariana e estou sempre também com não criar problemas; isto é assim quando foi para conseguirmos ali o campo de futebol rapidamente que obtivemos dali 200 mil contos, se eu actuava dessa maneira ainda hoje o não tínhamos. -----
-----Agora eu não sei se o Tibério falou em «bonomia», se falou em «bulimia», (*ouviram-se vozes*), portanto bonomia, tem que ser assim até por uma razão muito simples, a gente também não anda aqui, passo o termo, a ver passar os comboios, uma vez fui abordado por um Senhor Vereador da

oposição, Engenheiro Cordeiro a dizer-me assim: «o Senhor está aqui há pouco tempo mas já aprendeu umas coisas de política, já aprendeu umas coisitas, mas vou-lhe dar um conselho, o Senhor sente-se muito, não se pode ser assim, o Senhor não se pode sentir dessa maneira». Ora bem, muito bem, é assim mesmo, outra vez um outro Senhor Deputado da Assembleia diz-me assim: «O Senhor Doutor berra muito», e eu pensei se calhar tem razão, evidentemente que perdia a razão toda se eu agora (*vejo pouca televisão mas ainda vejo alguma*), seguisse o exemplo do que se passa na nossa Assembleia da República, que berram que eu sei lá, também me fui limando e agora dá esta bonomia, desculpe mas isto é assim. -----

-----A água dos fontanários é a água dos fontanários, não se pode cortar, chegar ali e cortar. Posso atender a sua reivindicação e fazer ali uma placa bonita, até com umas margaridas; o turista chega ali e diz assim «ai que jardim em flor», a água dos fontanários deixou de ser água cristalina de rocha, dantes é que a gente ia por aí e via o ribeirão com água cristalina, tinha fama, agora não, agora quando temos vacarias no meio das povoações, temos vacarias para cima das povoações, temos isto, temos aquilo, etc...., eu não sei se fossemos à procurar, nem é nossa obrigação, agora já há um grupo de ambiente precisamente para estudar especificamente esses problemas, não temos que saber as causas, nós temos é que prevenir a saúde pública, a sanidade, e então temos que mandar fazer análises e ao mandarmos fazer análises elas ou nos vêm com magnésio, com isto ou com aquilo, ou não vêm, evidentemente se vieram nessas condições a gente vai procurar saber as razões, mas as razões hoje são muito diluídas. O turismo quem vier tem que ver as nossas paisagens e tem que desculpar essa situação. A água – onde houver um letreiro «*água imprópria para consumo*», não se pode beber. Os produtos que lá estão não são em tal concentração que matem logo um indivíduo, nessa altura nós prometemos encerrar a fonte para não matar ninguém (pessoas e os lobos lá de Bruçó, que são protegidos). -----

-----Ao Deputado Moreno responde o Doutor João” -----

► **JOÃO HENRIQUES** no uso da palavra disse: “ é só para chamar à atenção, complementar o que o Senhor Presidente acabou de dizer com o Decreto – Lei 306 de 2007, fresquinho de 27 de Agosto, que diz o seguinte, controle de fontanários não ligados à rede pública, art. 16, nº 6, no caso dos fontanários referidos no número anterior as entidades gestoras devem colocar placas informativas de água não controlada, ou de água imprópria para consumo humano, conforme o caso. -----

-----Muito rapidamente o Loteamento de Santo António e da legalidade ou não legalidade do que se faz; a legalidade é rigorosamente a mesma do que o ter em sua posse e não o negociar nem o pagar durante anos, como esteve oito anos com a posse do terreno e que não a negociaram nem a pagaram, fazendo usufruto, é a mesma legalidade que estamos a tratar,

estamos a tratar todos de levar as coisas para a frente, já estava na posse do Município nessa altura. -----

----- Só para terminar o Conselho Executivo, o concurso do Júri, estamos tão tranquilos que nesse concurso do Júri há duas componentes que fazem média, que é a avaliação curricular e é a entrevista. Todos os concorrentes de Mogadouro tiveram a mesma nota na entrevista, todos, eu gostava que em concursos anteriores pudessem mostrar-me o mesmo e dizer-me o mesmo, (noutras alturas), tiveram todos a mesma nota na entrevista e a única coisa que fez a diferença foi a avaliação curricular, e a avaliação curricular não é subjectiva, é objectiva e calcula-se a média entre a nota de curso (está lá no diploma), se é doze é doze, se é catorze é catorze, se é quinze é quinze, nota de curso, com a formação profissional, diz lá como é, que se dão as notas conforme as acções, está lá e com a experiência profissional, também diz lá como é que ela é calculada, está lá, portanto estamos perfeitamente à-vontade para que quem quiser avalie, que recorra, que faça o que entender, porque até nem foi utilizada a entrevista para escolher as pessoas para darem as aulas, foram avaliadas somente pela sua avaliação curricular, portanto a consciência está mais do que tranquila, façam favor de verem e diga-me de que outra forma é que se pode fazer. Está enganada porque estes concursos foram para Técnicos Superiores de 2ª Classe para o Município de Mogadouro e são estes professores que depois o Município vai ceder para as actividades extra-curriculares que está previsto na Lei; agora o que nós não fizemos foi o que muita gente fez e que nós não achamos que é correcto que é utilizar professores licenciados, como a Senhora Professora e como eu e como outros que aí estão e dar-lhes dez horas para trabalharem e dizer agora recebem 60 ou 70 contos por mês e não fazem mais nada, eu não gostava que fizessem isso a um filho meu, também não gostava que fizessem isso aos meus Munícipes do meu concelho e aos filhos dos Senhores que aqui estão”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra e disse: “ Senhor Presidente na resposta dada pelo Senhor Vereador referiu aqui a posse do terreno, penso que estará a referir-se ao Loteamento de Santo António, a posse há oito anos, queira especificar essa questão dos oito anos”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** no uso da palavra disse: “ eu só fiz referência há oito anos que foi quando os Senhores estiveram no poder, porque a parte onde está o parque de feiras que era o mercado do gado estava em posse do Município e que faz parte do mesmo proprietário e do mesmo terreno, na posse do Município para aí há trinta anos sem nunca ter sido negociado e nunca ter sido pago, quer dizer se isto não é uma ilegalidade, eu só falei nos seus oito, há outros que têm outras responsabilidades”. -----

-----**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1***

do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço, declarou abertas as inscrições para uso da palavra. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento muito rápido, na sua informação refere no dia 18 de Julho uma reunião com o Instituto Regulador de Águas e Resíduos e Empresa de Águas de Trás-os-Montes sobre o processo de desafecção do Município de Mogadouro daquela empresa, depois também em 5 de Setembro uma nova reunião com o representante da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro em Mogadouro sobre o processo também de desafecção da empresa de águas, penso que será de Trás-os-Montes, pedia esclarecimento ao Senhor Presidente para que informasse esta Assembleia do caminhar desta pareceria, a que ponto é que chegou, porque a mim chegam-me informações que já voltaram, aqui fala-se em desafecção e portanto informe de facto esta Assembleia do que se passa na realidade com as Águas de Trás-os-Montes”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** no uso da palavra disse: “ reunião do dia 18 de Julho, reunião entre o Instituto Regulador das Águas e Resíduos e a Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro sobre o processo de desafecção do Município de Mogadouro. Há uma deliberação aqui da Assembleia da saída do Município das Águas de Trás-os-Montes, esse processo exige um requerimento ao Ministro do Ambiente, esse requerimento foi feito logo no fim dessa Assembleia com pedido de audiência; no fim de quatro ou cinco meses não havia resposta ao pedido apesar da insistência através de ofícios cujas cópias se guardam, ninguém respondia a esses ofícios, lançámos mão de vias travessas inclusivamente do Deputado do Partido Socialista por Bragança para nos facultarem a possibilidade de uma audiência, mesmo assim não foi possível, só foi possível quando o Ministério do Ambiente enviou ao IRAR, ao Instituto Regulador das Águas e Resíduos um pedido de informação acerca dessas razões e da possibilidade de nós sairmos das Águas de Trás-os-Montes, o Instituto também arrastou essa situação, o Presidente das Águas de Trás-os-Montes também arrastou essa situação, tínhamos que responder a isso, e a situação foi-se arrastando até este 18 de Julho. Nessa altura, entretanto há cerca de quinze dias tínhamos sido recebidos pelo Ministro do Ambiente, (até me parece que nem vem aqui isso), a quem explicámos as razões da saída das Águas de Trás-os-Montes; essa reunião versou precisamente isso, saber a possibilidade que nós tínhamos de sair das Águas de Trás-os-Montes. Ora bem qual é o nosso interesse em apressar este sistema? Bom, é que das duas uma, ou saímos das Águas de Trás-os-Montes, já está deliberado que saímos, ou mantemo-nos nas Águas de Trás-os-Montes; bom, se saímos é que está o grande problema que eu coloquei a mim

mesmo, e esse grande problema está nisto, nós temos que fazer um projecto para o abastecimento das águas a nascente e esse projecto tem que ser apresentado ao QREN, entretanto o QREN vai-se prolongando, entretanto isto vai..., e depois quando chega a altura é um problema o projecto pode entrar ou não pode entrar, e isto nós fomos lá perguntar. Nessa reunião estava também o Doutor Alexandre Chaves, Presidente das Águas de Trás-os-Montes e que diz assim: «eu vou-te dar a lista das possibilidades que têm que ser aprovadas pelo QREN. Primeiro são os projectos, a nível a NUT, nível regional, a nível norte, segundo, terceiro, quarto, estes projectos a nível de três Municípios, que era o caso do nosso projecto, a possibilidade que têm de ser contemplados é escassa», aí a gente tem que reformular o problema e nesta reunião o que se discutiu foi isso. A reunião de 5 de Setembro é como na outra de Julho não se adiantou nada, nesta a gente teve que perguntar ao Presidente das Águas o que é que se passava e ele veio aqui esclarecer, uma das principais razões para que os Senhores saiam das Águas de Trás-os-Montes é a falta de colaboração no ponto de vista das baixas, ora bem esse problema nós comprometemo-nos a colmatá-lo, estamos nisto, estamos a pensar o problema, a repensar o problema e vamos actuar conforme entendermos e nessa altura traremos também o problema a Assembleia, como aliás é nossa obrigação”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra e disse: “ da resposta do senhor Presidente da Câmara poderemos praticamente concluir que a Câmara ao tomar na altura a decisão de sair das Águas de Trás-os-Montes foi uma atitude (quanto a mim uma atitude leviana) em que não ponderou bem as consequências desse acto e portanto tudo leva a crer que se vá manter nas Águas de Trás-os-Montes e por outro lado as razões que aqui já indicou que será de ficar foram por nós defendidas, aqui nesta Assembleia que esse problema vinha a existir e de facto veio-se confirmar, convém de facto por vezes, Senhor Presidente, também dar razão à oposição, de facto neste caso parece que a vai ter”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** no uso da palavra disse: “ quando a Câmara toma atitudes toma-as em cima de dados concretos e o dado concreto naquela altura era que as baixas nunca poderiam entrar e nós com 66% de perdas nas baixas, à saída do caninho da barragem saem 100 metros cúbicos e nós teríamos que pagar imediatamente às Águas de Trás-os-Montes 100 metros cúbicos e íamos receber dos Municípios 34, a partir do momento em que o Governo se compromete a alterar esta situação e deixar patente que pode tomar conta ou ele ou uma companhia subsidiária do governo das baixas, esta situação altera-se mas não deixamos de dar, se quiserem, a razão à oposição, porque nós o que queremos é resolver os problemas das águas”. -----

-----**2.2 Análise e deliberação sobre o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** no uso da palavra disse: “sobre este assunto tenho um pedido de intervenção e acho muito bem que o faça, mais alguém quer fazer alguma intervenção, todos os senhores receberam este documento, como se devem lembrar é da responsabilidade da Assembleia Municipal elaborá-lo e apresentá-lo à votação, foi constituída uma comissão liderada por dois grupos com assento na Assembleia Municipal, o grupo reuniu, compôs como pode o regulamento e depois está aqui para o submeter, todavia o Senhor Deputado Ilídio Martins vai usar da palavra, penso que seja para isto”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente e membros da mesa por indicação da direcção da bancada parlamentar do Partido Socialista fiz parte da comissão eventual que propôs uma redacção (penso eu) ligeiramente melhorada, neste aspecto é justo salientar o contributo dado pelo Senhor Deputado José Maria Preto, de facto a pessoa (dos que estávamos presentes) com mais conhecimentos em matéria de redacção, foi de facto muito boa a sua contribuição, os outros presentes demos algumas sugestões que não alteraram substancialmente o documento. Vejo com alguma pena que algumas das sugestões feitas não estão consagradas talvez por erro de ortografia na proposta que nos foi enviada, umas pequenas coisas, umas trocas de consoantes de maiúsculas por minúsculas e pouco mais, também uma que notei um bocadinho mais (acho que ficou acordado entre todos, os que estiveram na comissão se lembrarão certamente) que a delegação local da Cruz Vermelha Portuguesa seria indicada como parceiro e de facto não aparece consagrada, eu entendi que sim, que era uma instituição de assistência, que deveria ter um papel a dizer nestas matérias de segurança e uma outra diferença também pequena que não tem assim grande interesse é que quando se fala em Comandante e Guarda Republicana, nós da comissão eventual fizemos questão em que fosse especificado Comandante Local da Guarda Republicana, em vez de chamar o General de Lisboa, que era uma chatice o homem ter que vir cá, é só isso, de resto acho que não foi nada alterada a filosofia, foram pequenas questões de pormenor e de praticabilidade e funcionalidade do organismo, portanto espero que pequenas alterações que nós fizemos, de acordo com os membros da mesa presentes, o Senhor Presidente e os dois Secretários, espero que sejam aceites por todos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou novamente da palavra e disse: “ eu tenho aqui o reparo também da delegação da Cruz Vermelha só se não foi escrito. -----

-----Então, vamos por à votação o regulamento do Conselho Municipal de Segurança. Quem vota contra faz favor de se levantar. Quem se abstém faz favor de se levantar. Aprovado por unanimidade. Já agora para o podermos completar para o Conselho Municipal a Assembleia deverá indicar até cinco pessoas de reconhecida idoneidade para também ser convidada a

participar neste Conselho, eu recebi aqui agora uma proposta de cinco nomes para integrar o conselho, António do Nascimento Gonçalves, Nuno José Calisto, José Alves, Francisco Joaquim Familiar, Américo Luís Amador, Zéfiro Galvão e Álvaro Ruivo, se não vêem inconveniente indicamos à Câmara Municipal os nomes, se querem indicar algum, eu António do Nascimento Gonçalves sabem quem é (*o Senhor Aníbal Moreno interrompeu para dizer que não faz sentido neste momento tratar este assunto*) talvez, nós na reunião decidimos que apresentaríamos nesta sessão os cinco nomes, mas eu também não vejo inconveniente nenhum, até nem sei se os convites foram feitos, se falaram com as pessoas, se não, ou então também podemos dar essa incumbência ao Senhor Presidente da Câmara, que convide as pessoas que entender para fazer parte do Conselho Municipal de Segurança que é o que diz aqui o regulamento (*o Senhor Aníbal Moreno voltou a interromper e disse: Senhor Presidente eu acho que o regulamento só entra em vigor depois da sua publicação, portanto estarmos aqui a adiantarmo-nos não estamos a cumprir com as formalidades impostas, só depois da publicação do regulamento é que ele entra em vigor, estarmos aqui a indicar qualquer tipo de nome), a seu tempo (a seu tempo eu acho que sim).* -----

-----Vamos passar ao ponto 2.3. -----

-----**2. 3 Análise e deliberação:** -----

-----**2.3.1 2ª Revisão ao Orçamento da Receita do Ano de 2007**-----

-----**2.3.2 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa do Ano de 2007**-----

-----**2.3.3 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2007.** -----

-----Ora bem como estes três pontos se conjugam há discussão num só, vamos proceder à discussão deste ponto e depois votamos ponto a ponto. Para a discussão deste ponto quem é que deseja intervir? Ou a Câmara deve apresentar primeiro a questão? Delega no vereador Pimentel?” -----

► **CÂMARA MUNICIPAL** representada pelo Vereador António Pimentel disse: “Senhor Presidente da mesa, restante mesa, senhor Presidente da Câmara, colegas Vereadores, Senhores Deputados Municipais, esta Revisão ao Plano tem essencialmente a ver com duas ou três situações muito rápidas. Primeiro, um aspecto que já foi discutido aqui que foi a questão do vandalismo que se vê por aí por a Vila e que pretendendo a Câmara implementar um sistema de vigilância dos edifícios públicos resolveu aproveitar esta revisão, uma vez que ela tinha que ser feita para meter aqui o sistema de vigilância dos edifícios, dotá-lo com uma verba de 285 mil euros para ver se combatemos esse flagelo; também para podermos por a concurso a escola de que há bocadinho falámos, do novo Pólo para a Pré-Primária e Ensino Básico, portanto temos que o ter em Plano com o nome correcto e dotado com verba suficiente para 2007 e 2008, portanto aproveitou-se esta Revisão também par incluir isso, para podermos avançar

com o procedimento administrativo do processo de concurso público da obra. Também se reforçaram algumas rubricas mas fundamentalmente tem a ver também com a transferência, transição de uma verba de 26 mil euros, isto em termos de receita que transita do ano de 2006 para 2007 e a transição desta verba é a razão fundamental porque a revisão tinha que ser feita, uma vez que tinha que ser feita aproveitámos a incluir estas três situações que são urgentes e que pode perfeitamente, uma vez que as despesas feitas em 2007 já são ilegíveis para o QREN portanto podemos avançar com o concurso das obras porque temos quase a certeza e a garantia que elas terão cabimento no financiamento do QREN, grosso modo a Revisão tem a ver com isto”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ eu de facto nem era para intervir mais depois da informação prestada pelo Vereador Pimentel em que introduziu uma verba nova de 285 mil euros para a vigilância dos edifícios, foi assim que eu ouvi, mas de facto se a revisão não passa dos 55 mil como é que se vai introduzir (*ouviu-se a voz do Vereador Pimentel a dizer 10 mil*) ai, de 10mil, mas o Senhor Vereador falou em 285 mil, então sobre a introdução da receita, tudo bem é o que (?) da gerência anterior não há problema nenhum e sobre os outros factos que não ultrapassa também a revisão à volta dos 55 mil não vemos nenhum inconveniente, vamos abster-nos na votação desta revisão”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ vamos propor à votação o ponto **2.3.1 2ª Revisão ao Orçamento da Receita do Ano de 2007**. Quem vota contra faz favor de se levantar. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Temos zero votos contra, treze abstenções e trinta e três votos a favor. Aprovado com este resultado. -----

-----Vamos passar à deliberação do ponto **2.3.2 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa do Ano de 2007**. Quem vota contra faz favor de se levantar. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. O resultado é o seguinte, votos contar zero, abstenções doze e trinta e quatro votos a favor. Aprovado por maioria. -----

-----Vamos proceder à deliberação do ponto **2.3.3 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2007**. Quem vota contra faz favor de se levantar. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. O resultado é o seguinte, zero votos contra, onze abstenções e trinta e cinco votos a favor. Aprovado por maioria com este resultado. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.4 Análise e deliberação da venda de terrenos para alinhamento nas traseiras das habitações, na rua de Santo António junto ao loteamento promovido pelo Município**. Para esclarecer a Assembleia

dou a palavra à Câmara. O Senhor Presidente delega no Senhor Vice-presidente a apresentação deste assunto. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “ ora bem o que se passa aqui é que há uma solicitação e que nos parece mais do que justa para fazer um alinhamento junto ao loteamento de Santo António. Eu tento mostrar para que se perceba o que está em causa, o cemitério fica para este lado, o parque de exposições fica para o lado de cá, este é o loteamento de Santo António e o que está em causa são estes três lotes que têm esta configuração que aqui está, por aqui, depois vem aqui, faz isto, vem aqui e faz isto, o que é que se propõe fazer a cedência entre isto verde que aqui está para que se faça o alinhamento desta zona daqui até aqui, portanto são três residências e aquilo que se pretende fazer são 114 metros quadrados ao todo que é o que aqui está, esta parte verde que aqui está para deixarmos alinhado tudo isto, é possível, não há nenhum inconveniente, aquilo que estava destinado a esta área tinha 116,98 metros quadrados a mais do que é obrigatório por lei, portanto mesmo cedendo os 114 metros ainda fica acima 2, 98 metros quadrados, não há nenhum problema. Porque é que isto aqui vem? Porque para passarmos do domínio público para o domínio privado tem que ter a aprovação da Câmara Municipal e tem que ter a aprovação da Assembleia Municipal. É só isto que solicitamos”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente sobre o assunto em apreço nós entendemos que se deve conceder essa autorização à Câmara Municipal, mas ressalvando que nesta deliberação fique também consignada na deliberação, tal qual está também já na deliberação da Câmara, seja também reforçada na deliberação da Assembleia Municipal, que esse alinhamento, esse terreno se destine exclusivamente a logradouro”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** no uso da palavra disse: “ penso que se isto está contemplado aqui na certidão, não vejo inconveniente nenhum, eu li isso numa acta acho que era só para logradouro, exclusivamente, e é essa a finalidade. Então sobre este assunto mais ninguém quer intervir, vamos propô-lo à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Quem se abstém faz favor de se levantar. Aprovado por unanimidade. -----

-----Sobre o ponto **2.5** queria prestar o seguinte esclarecimento à Assembleia, a Câmara em 27/09 enviou-nos este ofício que os Senhores não têm conhecimento, por isso é que eu passo aqui a lê-lo: venho por este meio solicitar a V. Exa. se digne retirar da ordem de trabalhos da sessão da Assembleia Municipal agendada para o próximo dia 28 de Setembro o ponto – **Análise e deliberação sobre a proposta de alteração do art. 20º do Regulamento Municipal do loteamento industrial de Mogadouro** em virtude de o mesmo ainda não ter sido submetido a discussão pública conforme previsto no art. 118 do código do procedimento administrativo, aprovado

pelo Decreto-Lei nº442/91 de 15 de Setembro na redacção dada pelo Decreto-Lei nº6/96 de 31 de Janeiro. Perante esta informação que eu exigi que fosse apresentada por escrito a mesa decidi retirar este ponto porque não estão reunidas as condições para ele ser discutido aqui, assim sendo passamos para o ponto **2.6 Análise e deliberação: Estatutos da associação Parques com Vida. Pedido de adesão.** Dou a palavra à Câmara para poder informar a Assembleia sobre este assunto”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “esta Associação – Parques com Vida começou a formar-se já há dois anos para apanhar os Parques de Montesinho, Parque Natural do Douro Internacional, Parque da Peneda Gerês e o Parque do Alvão e a finalidade destina-se a englobar todo este sistema numa espécie de marca, todos os produtos agrícolas, vêm esta marca, é isso o que aqui está em causa, nós entendemos que isto é útil para a promoção que eles promovem”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ não conheço em pormenor o tema dos Parques com Vida, mas participei numa reunião inaugural da criação do Conselho Parques com Vida, não da Associação, mas do Conselho Parques com Vida e conheço os objectivos da Associação no seguimento do nascimento desse Conselho; como disse o Senhor Presidente integra as áreas dos Parques Naturais, Parques com Vida é uma marca, que se pretende uma marca comercial para que as empresas dos territórios (?), acho que tem toda a vantagem que o Concelho de Mogadouro integre esta associação, por isso votamos favoravelmente”. ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ não havendo mais nenhuma intervenção sobre este assunto vamos proceder à deliberação do ponto 2.6 Análise e deliberação: Estatutos da associação Parques com Vida. Pedido de adesão. Quem vota contra faz favor de se levantar. Quem se abstém faz favor de se levantar. Aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.7 Análise e deliberação sobre o pedido de adesão à associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano.** Dou a palavra à Câmara também para informação à Assembleia”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ isto respondemos a um convite que nos foi feito pela Associação de Município da Terra Fria e depois de nos informarmos se isso tinha alguma implicações sobre a nossa presença na Associação do Douro Superior, nada, absolutamente, podemos pertencer às Associações de Municípios que quisermos e isso, no meu entender, é bom porque podemos ter a hipótese ainda de ir beber alguma coisa à Associação de Municípios da Terra Fria, bom, isto deve ser um Concelho muito pretendido, porque ontem estive na reunião com os membros da EDP acerca da barragem do Sabor e estavam lá os quatro elementos da Associação do Baixo Sabor onde nos formalizaram o convite para pertencer à Terra Quente. Já agora aproveito para dizer que

o início da barragem se faz no primeiro semestre de 2008, estará pronta em 2012, é o enchimento em 2012 e em Janeiro de 2013 entra em funcionamento, terá a barragem à cota de 236 o que significa mesmo assim cobrir a Ponte de Remondes; custa 360 milhões de euros e vai empregar neste período cerca de 1200 funcionários, entre todos os funcionários, vamos ver se Mogadouro ainda consegue viver alguma coisa dessa situação. Não há inconveniente nenhum em pertencer a estas duas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Sobre este assunto alguém quer intervir, não havendo intervenções vamos propor à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade a adesão à associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano. -----

-----**2.8 Outros Assuntos**, antes de dar a conhecer os assuntos que eu tenho aqui, naturalmente outros que por ventura os Senhores Deputados queiram apresentar e no seguimento da interposição que o Senhor Deputado Ilídio Martins fez no início da sessão a nós aqui, particularmente à mesa e depois à Assembleia dentro daquilo que eu pude, ainda neste período de tempo poder-lhe responder era apenas o seguinte, isto sem me informar ainda com quem de direito sobre o assunto e penso que sobre isso já conversámos. O Senhor Deputado deseja intervir nesta Assembleia na qualidade de público, evidentemente que ele tem direito e tem deveres, como Deputado Municipal tem direitos e deveres, como cidadão desta Terra, deste Concelho, deste Planeta, também tem direitos e também tem deveres. Assim sendo como a mesa antecipadamente tem que, por escrito, conhecer o assunto que quer versar e depois a mesa decide se tem razões para poder responder cabalmente no momento ou então pondera, estuda, analisa a questão e depois responde por escrito se assim o entender. Queria contudo que o Senhor Deputado tivesse em consideração o seguinte, foi aquilo que eu pude compilar agora aqui neste bocadinho de tempo que eu tive disponível. Se são assuntos de interesse local obviamente dispõe do preceituado na alínea c) do art. 40º como tem feito até aqui, até aqui não há novidade, no período de intervenção do público no nº6 do art. 49º os membros da Assembleia não podem intervir neste período excepto a mesa, no nº 7 diz depois a mesa se tiver possibilidade para tal esclarecerá o interessado imediatamente ou posteriormente através de ofício, ou em próxima reunião, por outro lado a Lei 5-A no art.46º também decide que a mesa é soberana sobre alguma lacuna que por ventura possa existir no regulamento, que não contempla bem, se e porque e como, portanto se o Senhor Deputado tiver interesse em apresentar a questão como público já consultei os meus colegas de mesa, se porventura a mesa tiver dúvidas também cabia sempre recurso à Assembleia, terá que informar a mesa que se ausenta na condição de Deputado, que quer assumir o lugar ali como público e terá que antecipadamente apresentar o assunto por escrito e a

mesa depois em função disso dar-lhe-á a palavra, ou então se por ventura houver outra interposição qualquer também o informará sobre isso, portanto depois o Senhor decidirá como entender. -----

-----Também, quero dar aqui algumas informações, recebi da Senhora Directora do Centro de Saúde um ofício, hoje, porque foi trazido aqui por o Senhor Doutor Francisco na qualidade de Vereador porque é uma questão importante para o concelho e que diz o seguinte: o Centro de Saúde de Mogadouro em colaboração com o Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro vai realizar um rastreio de cancro da mama a todas as mulheres residentes no Concelho de Mogadouro e cujas idades se situem entre os 45 e os 69 anos. Porque a detecção precoce deste tipo de cancro é absolutamente fundamental para conseguir que a saúde seja um bem imprescindível, e pretendermos proporcionar a oportunidade de realização deste exame gratuito ao maior número de mulheres do Concelho nesta faixa etária, vimos solicitar a colaboração de V. Exa. para a divulgação junto das comunidades da realização deste rastreio, certos da boa colaboração que V. Exas. possam prestar à saúde das mulheres das vossas freguesias agradecemos desde já o vosso empenho. Para além deste ofício a Senhora Directora do Centro de Saúde teve a bondade de me ligar pessoalmente e pediu-me para exortar todos os Senhores Presidentes de Junta que são as pessoas que representam o povo no seu povo para as exortar a virem a fazer este rastreio, quase como uma obrigatoriedade, porque houve casos em que foram detectados cancros e que foram felizmente superadas essas dificuldades, portanto nas vossas terras façam uma certa força, um certo esforço para conseguir que pessoas desta idade venham fazer o rastreio porque é gratuito. Aproveitando a realização da Assembleia é um apelo para a mobilização dos Presidentes de Junta nesse sentido, e vão receber exacta sobre as datas, os dias e etc. -----

-----Temos outra informação que foi deixada naturalmente aqui por o Senhor Presidente da Câmara, assunto: subestação do Douro Internacional 400/220KV e modificação de linhas na zona Douro Internacional, a 220/400KV, tendo por base uma conversa telefónica, cumpre-me informar todos os membros presentes que a Agência Portuguesa do Ambiente, com sede em Lisboa, irá promover no dia 9 de Outubro de 2007, às 15 horas e 30 minutos, neste Salão Nobre, uma reunião aberta a toda a sociedade civil e Juntas de freguesia do concelho envolvidas, na qual técnicos daquela entidade irão explicar a execução do projecto em título. Mais informo que os convites seguirão por correio durante a próxima semana. O estudo do Impacte ambiental encontra-se, nesta Câmara, disponível para consulta pública até ao dia 19 de Outubro próximo. Assina, Mogadouro, o Presidente da Câmara. -----

-----Um outro pedido apresentado pela Direcção da Associação de Produtores de Leite do Planalto Mirandês também para convidar todos os

Senhores membros da Assembleia Municipal, se assim o entenderem a assistir ao colóquio promovido por esta Associação amanhã na Casa da Cultura, naturalmente vai focar questões técnicas relativas à produção de leite, assuntos que interessam aos agricultores, pediu-me também para fazer este apelo e pedir aos Senhores Presidentes de Junta para que façam esta divulgação junto das suas terras. -----

-----Em termos de informação que eu tinha aqui é esta, deixo à consideração da Assembleia outro tipo de intervenções sobre este assunto”.-----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente quero felicitar a mesa porque os trabalhos estão a decorrer a bom ritmo e já agora corrigir um pequeno lapso, o Senhor disse às onze e trinta que estava ultrapassado numa hora o período antes da ordem do dia e não está, confira o art.40 do regimento e veja que o Senhor está dentro da legalidade, estava a cumprir perfeitamente, (o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse: Senhor Deputado nós só temos que gastar uma hora, a segunda hora para a gastar devia até propor à Assembleia autorização) não descobre do nº5, do art. 40, tenha a bondade de ler, bem mas não vale a pena, fica para outras núpcias. Senhor Presidente, quero agradecer também a informação que me prestou sobre a minha possibilidade ou não de intervenção como público, em qualquer dos casos como o assunto não é premente, foi-me suscitado, como disse, por uma intervenção do Vereador Pimentel na última reunião, mas não é urgente, de maneira que eu aguardo que o senhor Presidente, apesar do esforço de compilação legislativa que fez na última hora, queira obter mais elementos e mais esclarecimentos, de maneira que para ter uma decisão mais fundamentada, quer o Senhor Presidente, quer a mesa, eu não me importo nada de fazer a intervenção, se e quando o Senhor Presidente entender, pode ser noutra sessão, prescindindo de a fazer hoje, muito obrigado pela atenção. -----

-----Senhor Presidente da Câmara, nova inspecção do IGAT, a informação foi dada ao Executivo Camarário no dia 2 de Maio e portanto já tarda em chegar aqui a nós, não lhe repito aqui porque está em acta a disposição legislativa que a tal obriga.-----

-----Com agrado ouvimos a sua informação sobre uma conversa que tinha tido com elementos da Policia Judiciária, eu gostava de saber se os elementos da Policia Judiciária também conversaram com outra gente desta casa, e no caso de alguém desta casa tenha conversado nessa altura com a Judiciária esteja aqui presente, isto é seja membro do Executivo, se quiser também ter a amabilidade de imitar o Senhor Presidente, isto é, de prestar esclarecimentos como ele prestou, eu penso que a Assembleia ficaria agradecida por tal. -----

-----Reunião sobre as águas, ainda bem que o Senhor Presidente reconhece que pode haver alteração de posição, recordo-me de se ter dito

aqui nesta Assembleia, de se ter sugerido um adiamento da votação que foi pressionada pelo Executivo, portanto a falha não foi só do Executivo, a falha foi também nossa, Assembleia, que aprovamos as pretensões do Executivo, embora se tivessem ouvido aqui vozes dizendo que «as cadelas apressadas parem cachorros cegos», foi até a expressão usada, recordo-me bem disso, e portanto é lamentável que se tenha pressionado esta Assembleia para a «mata cavalos» tomar uma posição que se revelou fora de tempo, mas muito fora de tempo mesmo, como os acontecimentos posteriores revelaram. -----

-----Queria aqui também notar com alguma mágoa, e depois do elogio uma crítica, numa mão o pau, noutra a cenoura, como se costuma dizer, aqui vai a minha ferroada, foi lamentável o que aqui se passou na apresentação de uma moção para tentar eleger não sei quem para um órgão que não existe, o Senhor Presidente da mesa tinha obrigação de não aceitar tal proposta porque participou na redacção e é bem claro o art. 19 quando diz: Conselho Municipal de Segurança – instalação – compete ao Presidente do Município nos termos da Lei efectuar as necessárias diligências quanto à instalação do Conselho, o Senhor Presidente às vezes toma aqui poderes que não tem. -----

-----Senhor Presidente por último o tema que quero falar desagrada-me imenso e me desagrada porque lamento imenso o que se passou aqui na última Assembleia, para poder ajuizar das razões do Senhor Vice-presidente que tem a seu cargo a questão do licenciamento das obras e uma questão que foi aqui levantada por uma intervenção de um membro do público, eu consultando a informação que me foi prestada fico totalmente baralhado porque salta-se de data para data e não se entende bem, deve haver ali qualquer erro de datas Senhor Vice-presidente, penso eu, não digo de dias, nem de meses, mas pelo menos de anos, de qualquer dos casos eu lamento que esta Câmara tenha demorado trinta e quatro dias a responder a um fax, sim, não, talvez, ou boa tarde se não chover, diz-se sempre qualquer coisa, mas trinta e quatro dias é tempo demais para não resolver, mas eu não me quero ater aos meandros técnico-jurídicos das concessões de alvarás e dos inícios de obras e loteamentos, porque disso não percebo, mas quero lamentar o que aqui se passou nesta Assembleia, (deixe-me corrigir o que aqui se passou nesta sala) de facto terminada que foi a Assembleia assistiu-se aqui a um comício feito pelo Senhor Vice-presidente, coisa que eu lamento, foi um comício que meteu palmas, só faltavam bandeirinhas e vivas, mas palmas até meteu, não prestigiou esta casa, o ter feito aqui um comício, pesem ou não pesem quaisquer razões que o Senhor Vice-presidente tenha, tive oportunidade de lhe dizer particularmente que considerava que teria algumas razões no caso, pelo menos por aquilo que me tinha exposto, mas lamento a sala de comícios em

que se transformou este salão nobre no fim da última sessão, espero não o ver repetir”. -----

► **PAULO CARVALHO** usou da palavra e disse: “ venho falar no seguimento da análise e deliberação do ponto 2.6 quando falávamos dos Estatutos da Associação Parques com Vida, é evidente que eu concordo e concordamos todos, porque foi unanimemente votada esta adesão aos Parques com Vida, a aprovação dos seus estatutos, a adesão também à Terra Fria, à provável adesão à Terra Quente e a todas as que possam vir, e portanto também tenho a noção de que a marca é muito importante na promoção e na venda, quer dos nossos produtos, quer dos nossos valores sócio culturais, económicos, mas concordo que caminhemos no sentido de termos todas estas marcas a ajudar-nos a promover, mas acho que devíamos caminhar no sentido de criarmos uma marca Mogadouro, acho que até numa diáspora há dois ou três anos houve uma intervenção nesse sentido, que foi bastante aplaudida e até teve a aprovação de V. Exas., até agora passaram esses dois, três anos a marca não foi criada, e acho que a marca Mogadouro até no aproveitamento desta centralidade e na potenciação que poderíamos ter e na diferenciação que poderíamos ter em relação a todo o resto acho que deveria ser criada, simultaneamente, aproveitando todas as marcas que nos possam ajudar na promoção”. -----

► **VÍTOR BATISTA** usou da palavra e disse: “venho aqui no sentido do raciocínio feito pelo colega de bancada, colega de bancada na questão da oposição, Paulo Carvalho, amigo e cunhado, é lógico que isto trata-se de uma marca, uma marca colectiva, é uma marca que abrange um território regional e envolve vários concelhos, eu na minha opinião não partilho da ideia que apresentou de criar uma marca Mogadouro, porque o próprio QREN, as próprias indicações do Governo, os próprios financiamentos onde esta marca se irá financiar ou qualquer marca que venha a surgir não aponta nesse sentido, aponta no sentido de marcas colectivas com território de abrangência vasta porque tem capacidade de ir buscar financiamentos para se projectar a nível Nacional e Internacional, na minha opinião é uma estratégia que pode ser seguida, mas na minha modesta opinião nós temos que apostar é com marcas fortes que tenham uma abrangência colectiva, porque se vamos no caminho da singularidade estamos a ir remar contra a maré, da qual se calhar estamos a investir esforços e da qual não serão os proveitos melhores. Era neste sentido que eu queria alertar”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ creio que quem foi mais ouvido na Polícia Judiciária foi o Vereador Pimentel, ele virá aqui dizer alguma coisa. -----

-----Já saio daqui mais rico no ponto de vista adagiário «as cadelas apressadas parem cachorros cegos», coitados dos prematuros. -----

-----Os elementos do Conselho de Segurança é para isso que há oposição, é para lembrar ao Presidente quais são as suas obrigações, evidentemente se sou eu a nomeá-los vou ter que os nomear. -----

-----Paulo, Parques com Vida, quando se falou aqui na marca Mogadouro..., há nove Mogadouros em Portugal, este é a capital dos Mogadouros todos, isso não há dúvida nenhuma, mas quando se fala agora na marca dos Parques com vida, bom eu começo a ter dúvidas se vai aparecer alguma marca de Parques com Vida. Começo a ter dúvidas, porque também se fala numa marca para a Associação dos Municípios do Vale do Côa, que engloba desde a nascente do Côa, Foz Côa, e agora engloba também a Associação (estão à espera de formalizar todo esse processo) Alto Douro para incluir Mogadouro também nisso, isso vai ter outra marca. Numa reunião que tive agora em Vila Real com o Engenheiro Ricardo Magalhães ele disse que isto já são marcas a mais, no meu território que é agora da Foz do Douro até Miranda do Douro, que é o território da missão Douro, Ricardo Magalhães incluiu-nos lá o que foi uma grande coisa, terá que haver uma marca e eu vou ter que reunir com os Parques com Vida, com a Associação de Municípios de Foz Côa e com o representante da missão Douro para estudar isso das marcas, senão já são tantas marcas para os mesmos territórios que nós já não estamos a ver como é que se vai fazer a promoção; por outro lado se, se chegar a acordo quanto a uma marca única a origem dos produtos da terra virá sempre em letras grandes debaixo desta marca. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** no uso da palavra disse: “ sobre a questão levantada pelo senhor Deputado Ilídio Martins relativamente à instalação do Conselho Municipal de Segurança o Presidente da Assembleia sabe perfeitamente que a instalação é da competência do Presidente da Câmara, Senhor Deputado fez bem, alertou aqui talvez este desvio de atenção porque fez parte do grupo de trabalho e na análise dos pontos que foram alterados ortograficamente esta questão não passou em vão, o Senhor Presidente da Câmara também sabe que é ele que tem que fazer os convites, e já o sabe há muito tempo, e o Senhor Presidente da Câmara também sabe e quis compartilhar connosco a indicação desses nomes, isto é, não ser ele por si a indicar A, B, C, e nós como tivemos, julgo que, a sensatez de escolher um grupo, o mais homogéneo possível, com a representação equitativa dos dois lados, eu também disse ao Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD para, se entendesse falar com os membros do Partido Socialista também para a indicação desses nomes ou outros nome que por ventura quisessem acrescentar, ou alterar, ou modificar, bom da nossa parte, ou efectivamente a fuga de querer, nesta reunião, talvez, mas sem intenção, apresentar a listagem, mas também houve a preocupação da listagem ser o mais consentânea possível, uns indicam uns, outros indicam outros, porventura todos sabíamos que

aquando da instalação e estes nomes eu também fiquei aqui sem saber se teriam aceite, ou não, porque não vou aqui também indicar nomes sem saber se as pessoas aceitam, obviamente que é preciso falar com eles, e portanto isto veio só justificar que eu sabia perfeitamente os preceitos a seguir relativamente ao art. 19 sobre a instalação, era só esta a informação que eu queria dar”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente só mesmo em relação ao que o Senhor Deputado Ilídio afirmou sobre o que se passou na última sessão, dizer que não posso concordar mais consigo lamentando efectivamente o sucedido na última Assembleia, e o que mais o lamenta sou eu do que sucedeu, mas ainda não tenho o calo que V. Exa. tem de ser ofendido na dignidade e honestidade e ficar calado, não tenho esse calo, quando essa ofensa é falsa e visa determinados objectivos pessoais de quem a profere”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou novamente da palavra e disse: “ Senhor Presidente vou ser muito rápido, não duvido da competência sua e do Senhor Presidente da Câmara, mas de facto penso que quanto ao art. 19, creio que não há aí uma interpretação adequada, ao Senhor Presidente do Município cabe fazer um dos convites, embora caiba com o estabelecido no nº1, da alínea k do art.6, a designar pela Assembleia Municipal, esta Assembleia é que designa, não percebi bem os tramites que foram feitos, o Senhor Presidente parece que falou com o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar da situação para indicar nomes, não sei se o chefe do grupo parlamentar da situação falou com o da oposição, não houve de facto uma consonância quanto aos nomes propostos, dos que ouvi e que penso ter identificado três ou quatro, dos que conheci e que identifico não me oponho absolutamente nada, só que não está em causa uma questão de pessoas, está em causa uma questão de método e também não está aqui o bom cumprimento daquela boa intenção que o Senhor Presidente revelou, é que de facto se queria que houvesse consenso como houve para a redacção teria que haver da parte de uma bancada o contacto para com a outra, ou ser isso da iniciativa da mesa, de facto pelo vistos não houve, houve uma apresentação unilateral, pelo que eu percebi, se estou errado agradeço que me esclareçam. -----

-----Sobre a resposta que o Senhor Vice-presidente aqui pretendeu dar-me, começou por louvar a minha atitude e depois evidentemente cravou o punhal, eu vou-lhe responder Senhor Vice-Presidente, ficou aqui claro na última Assembleia que não se tratava de nenhuma questão de ofensa de honra, foi dito e bem me recordo, e não sei se estava escrito na acta, porque não tive a curiosidade de a ler agora na parte final, que o Senhor Vice-presidente tinha sido aqui atacado por um investidor na sua qualidade de Vice-presidente da Câmara, aliás o Senhor Deputado Moreno focou bem que nunca tinha sido aqui dito que o Senhor Doutor João Henriques fez,

que o Senhor Doutor João Henriques aconteceu, o que foi dito foi o Senhor Vice-presidente, e mesmo que o nome tivesse sido referido era sempre na sua qualidade de Vice-presidente, e é só nessa qualidade que eu posso louvar ou não as suas actuações, na sua vida pessoal não tenho nada com isso, por amor de Deus, eu estou aqui na minha função de membro desta Assembleia para escutinar a sua actuação enquanto Vice-presidente da Câmara, ou Vereador se o fosse, ou Presidente quando lá chegar, é assim que eu ponho as questões, agora a sua honorabilidade pessoal não está em causa, eu aliás não devo falar nestes assuntos, mas devo-o lembrar que ali à porta e ali fora lhe disse que considerava que o Senhor tinha razão objectiva, não tinha razão formal, porque estava a perder a razão fazendo um comício berrante e suscitando palmas, numa atitude puramente populista, foi o que eu lhe disse e aqui repito. Não sei onde quis chegar com a afirmação, se eu não me sinto quando sou ofendido”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe á votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às treze horas o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal

(*Ilídio Granjo Vaz*)

¹⁾ Esta acta é constituída por 19.248 palavras, distribuídas por 39 páginas e 1674 linhas